

Entrevista concedida ao Prof. Doutor Marcelo Reis Braz em 18/01/2016 e publicada em MARCELO BRAZ, *Para a Crítica da Crise – Diálogo com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal*, Curitiba, Editora Prismas, 2016, 199-253.

### **Marcelo Braz**

Começemos, conforme o roteiro, pela primeira questão. A natureza da crise: sua origem, suas causas e seus determinantes.

### **António Avelãs Nunes**

- Abordo esse assunto, melhor do que o farei nesta entrevista, em alguns livros meus, incluindo um editado no Brasil pela Editora Revista dos Tribunais. Oxalá não alongue demasiado a minha resposta.

Começarei por dizer-lhe que, na minha concepção, essa crise no capitalismo é mesmo uma *crise do capitalismo*.

A partir de 1967, as crises sucederam-se nas economias capitalistas, anunciando uma crise maior. O primeiro sinal da *crise estrutural do capitalismo* foi a rotura unilateral dos Acordos de Bretton Woods por parte dos EUA (1971), que pôs termo à conversão do dólar em ouro, entregando ao mercado (aos especuladores) o controlo das taxas de câmbio.

Seguiram-se as chamadas *crises do petróleo* (1973-1975 e 1978-1980), que vieram desfazer a miragem do *capitalismo sem crises* que alguns julgaram uma ‘conquista’ da ‘revolução keynesiana’ e, com a emergência da *estagflação*, puseram a nu os limites do estado keynesiano e das políticas keynesianas. Com efeito, a *estagflação* não constava dos manuais do keynesianismo nem era conhecida na história passada das crises do capitalismo: quando havia crise havia depressão e baixa de preços. Agora, verificava-se que, dado o elevado grau de monopolização da economia, as grandes empresas eram capazes de manter os preços e até subi-los apesar da estagnação ou mesmo da redução da produção. Perante este “dilema”, os keynesianos ficaram na defensiva e os monetaristas atacaram em força (apoiados por uma campanha ideológica sem precedentes), acusando Keynes e as políticas keynesianas de todos os males do mundo (a inflação e o desemprego).

- Com o triunfo da *contra-revolução monetarista*, iniciou-se o reino do *deus-mercado* e o capitalismo assumiu, sem disfarce, a sua natureza de *civilização das desigualdades*. Apesar dos enormes ganhos da produtividade do trabalho (a uma escala sem comparação com os séculos anteriores), decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico e da sua rápida aplicação na esfera da produção, a globalização neoliberal acentuou as desigualdades e condenou à extrema pobreza milhões de seres humanos, espalhando, como uma nódoa, a chaga da *exclusão social* (a “nadificação do outro”, na expressão terrivelmente certa do cineasta brasileiro Walter Salles), que é uma vergonha deste nosso tempo.

Os ganhos de produtividade têm servido, historicamente, para ajudar a libertar o homem trabalhador. Nesta nossa sociedade do conhecimento, da ciência e da técnica não faz sentido que os enormes ganhos da produtividade do trabalho sirvam apenas para inflacionar os lucros do capital e não para melhorar a qualidade de vida das pessoas. É uma questão de inteligência. Na óptica do capitalismo, é uma questão de sobrevivência para o próprio sistema. A alternativa é a barbárie.

- Quem não esquece as lições da História não pode deixar de considerar esta crise como uma *crise anunciada* (quase parece que programada...): era inevitável que a crise chegasse, porque as crises são inerentes ao capitalismo, porque as políticas de *arrocho salarial* e a especulação desenfreada anunciavam isso mesmo, porque os abalos das várias crises que entretanto ocorreram faziam esperar um ‘terramoto’ de maiores dimensões. Como todos sabemos, o carnaval acaba sempre em quarta-feira de cinzas...

Todos deveriam saber (e talvez saibam) que o enfraquecimento da parte dos salários no valor acrescentado é um elemento potenciador de *crises de sobreprodução*. Marx esclareceu esta questão. E Keynes, à sua maneira, deixou claro que as enormes desigualdades de rendimento não favoreciam o crescimento económico, antes provocariam a *insuficiência da procura efetiva*, que ele considerava a causa das crises cíclicas próprias do capitalismo. É aqui que radicam as dificuldades do capital na *realização da mais-valia*, que arrasta consigo a *tendência para a baixa da taxa de lucro*, que as crises de meados dos anos 1970 colocaram a descoberto.

- Sabemos desde Ricardo que os lucros baixam quando os salários crescem e que a subida dos lucros implica a redução dos salários. Quer dizer: a *baixa tendencial da taxa*

*média de lucro* só pode ser contrariada à custa dos salários e dos direitos dos trabalhadores, enquanto for social e politicamente possível aumentar a sua exploração para assegurar a mais-valia (de onde sai o lucro, que é o combustível que faz andar a máquina capitalista).

A partir de meados da década de 1970, o sistema cerrou fileiras na tentativa de compensar a *tendência para a baixa da taxa média de lucro*. Por isso as políticas neoliberais ‘codificadas’ no *Consenso de Washington* vêm insistindo no ataque ao *estado social*, aos salários e aos direitos dos trabalhadores, no congelamento da contratação coletiva, na flexibilização da legislação laboral, no aumento da jornada de trabalho, na precarização das relações de trabalho, na facilitação dos despedimentos, na redução do período de pagamento e do montante dos subsídios e desemprego, na redução do poder de compra dos salários e da parte dos salários no rendimento global (que atingiu um nível *excepcionalmente baixo* segundo os padrões históricos, ao invés da produtividade, que vem crescendo sem cessar); na transferência para o capital da quase totalidade dos ganhos da produtividade; na proteção dos que vivem de *rendas* (as ‘rendas’ da especulação bolsista, as ‘rendas’ da especulação imobiliária e todas as ‘rendas’ de tipo feudal garantidas pelo *estado capitalista*).

São políticas que se têm traduzido no agravamento da exploração e no empobrecimento relativo (e mesmo absoluto) da grande massa dos trabalhadores, tanto nos chamados ‘países ricos’ como nos ditos ‘países pobres’. Políticas que reduzem drasticamente a procura global, que combatem os desempregados em vez de combaterem o desemprego, acrescentando mais crise à crise, acentuando a recessão, aumentando o desemprego e as desigualdades sociais, ao mesmo tempo que criam as condições favoráveis à deslocalização das atividades produtivas industriais dos países ‘desenvolvidos’ para países de mão-de-obra barata e sem direitos, e ao desenvolvimento das atividades especulativas.

Creio que foi Paul Krugman que descreveu essas políticas como uma verdadeira *terapia de choque*, que “exige sacrifícios humanos para apaziguar a cólera de deuses invisíveis”. Serão invisíveis, mas são bem conhecidos, estes ‘deuses’: são “os mercados”, i.é, os grandes conglomerados financeiros.

- Em 1994/1995, a crise que teve o peso mexicano como protagonista quase afundou o sistema financeiro dos EUA, e, com ele, o *grande casino* do capitalismo

mundial. Os governantes de serviço aperceberam-se de que poderiam estar a viver a história do *aprendiz de feiticeiro*. Tomados de pânico, proclamaram, pela voz do Presidente francês Jacques Chirac (outubro/1995), que os especuladores são a “a *aids* da economia mundial” e protestaram porque “o mundo está nas mãos *destes tipos*”, como escreveu, sem cerimónia, Michel Camdessus, então Diretor-Geral do FMI.

Apesar do alarme dos criadores perante o comportamento das suas próprias criaturas, a verdade é que nada foi feito para pôr cobro a esta vertigem libertária, nem sequer com o pretexto de salvar a economia mundial desta espécie de ‘aids’ que vai diminuindo as suas resistências. Tudo em nome das *liberdades do capital* e em honra ao *deus mercado*.

Perante o evidente risco de pandemia, os defensores do *mercado livre* continuam a defender os *mesmos tipos* e não poupam esforços no sentido de salvaguardar os seus santuários privados, os chamados *paraísos fiscais* ou *paraísos bancários*, que são também (e cada vez mais) sobretudo *paraísos judiciários* (espaços sem lei, sem impostos, sem polícia, sem tribunais). São *estados mafiosos* ou *estados bandidos*, cujo negócio é *vender soberania*: um negócio que mobiliza mais de ¼ do PIB mundial; um negócio em que está comprometida a fina flor do capital financeiro à escala mundial e as estruturas do poder político ao seu serviço; um negócio de lavagem de *dinheiro sujo*, proveniente da evasão e da fraude fiscais, do tráfico de armas e de drogas, do tráfico de pessoas e de órgãos humanos, de toda a grande criminalidade organizada, cujos lucros permitem corromper dirigentes e partidos políticos e também financiar o terrorismo internacional (que alimenta, a pretexto do seu combate, as políticas armamentistas e securitárias que são inimigas da liberdade e as guerras que constituem verdadeiros *crimes contra a Humanidade*).

Poucos dias depois do ataque às torres gémeas de Nova York, jornalista Francisco Sarsfield Cabral escreveu mais ou menos isto: “a prova real quanto à vontade política de combater o terrorismo e os seus aliados residirá na atitude das grandes potências relativamente aos paraísos fiscais. Por aqui, mais do que pelas ações militares, é que se verá se a campanha antiterrorista é mesmo a sério.”

Pelo que se vê, parece que não é a sério..., como o próprio Sarsfield Cabral reconheceu em 2008, ao admitir que a luta contra os *off-shores* foi derrotada pelos interesses de quem lucra com eles. E quem lucra com eles é o *crime organizado*, principalmente o que é desenvolvido e/ou protegido pelo sistema financeiro internacional. Com a indispensável cobertura do *poder político* a vários níveis, com a proteção de todos

os ‘arsenais’ que integram o aparelho do *estado capitalista*, o ‘padrinho’ dos grandes ‘padrinhos’ do *crime sistêmico* e dos seus ‘homens’, na finança e na política.

- Nenhum argumento aceitável pode invocar-se para justificar a existência dos *paraísos fiscais*. Mas eles estão dentro da própria Europa (a *City* de Londres, Luxemburgo, Suíça, Mônaco, Chipre, para além de vários territórios dependentes da Holanda e do RU) e estão em outros locais ‘civilizados’, como Singapura, Hong-Kong, o estado americano de Delaware, etc.

Uma investigação sobre o banco *Washovia* (o 4º maior dos EUA), feita após denúncia de um seu ex-quadro, apurou que, só em quatro anos, o *Washovia* fez entrar nos EUA, devidamente ‘lavados’, quase 400 mil milhões de dólares e permitiu concluir que uma elevada percentagem da lavagem do dinheiro do tráfico de cocaína passa pela ‘respeitável’ *City* de Londres.

Em meados de julho/2012, os jornais noticiaram que o *HSBC* (banco inglês considerado o 3º maior do mundo) foi acusado nos EUA da lavagem de milhares de milhões de dólares dos cartéis da droga colombianos e mexicanos e de outras práticas irregulares.

Também nos EUA, o banco suíço *UBS* e o alemão *Deutsche Bank* foram apanhados a fazer o que não deviam: manipulação das taxas *Libor* e *Euribor* e venda deliberada de produtos tóxicos. E o mais antigo dos bancos suíços (o *Wegelin & Co*) foi acusado de ajudar cidadãos americanos a esconder ao fisco muitos milhões de dólares.

Na minha opinião, estes bancos deveriam ser pura e simplesmente nacionalizados, sem direito a qualquer indemnização. E os responsáveis por tais práticas deveriam ser impedidos de voltar a exercer a atividade bancária, levados a tribunal e condenados em pena correspondente à gravidade dos crimes cometidos. Mas as ‘leis’ do capital financeiro ditaram outra solução, mais ‘realista’: aqueles bancos pagaram umas multas, e o Departamento de Justiça dos EUA concordou em não os acusar criminalmente. Justificação oficial: o receio de que tal poderia pôr em perigo a estabilidade de alguns dos maiores bancos mundiais, e, em última análise, desestabilizar o sistema financeiro global. Este é, segundo se lê na literatura especializada, o tratamento normal em casos como estes. Eis o retrato do *capitalismo do crime sistêmico*.

Em 2012, dois professores da Universidade dos Andes (Bogotá) investigaram os circuitos do tráfico de cocaína e a participação dos grandes bancos neste negócio criminoso e concluíram que os países produtores de cocaína ficam apenas com 2,6% dos

lucros do tráfico, cabendo os restantes 97,4% aos grandes traficantes e aos grandes bancos dos países ricos consumidores (sobretudo RU e EUA).

No entanto, estes investigadores são muito claros na afirmação de que o sistema está centrado na repressão do pequeno distribuidor, sem querer atingir os grandes negociantes de drogas ou os sistemas financeiros que os suportam. A presença de tropas americanas na Colômbia não visa, pois, combater o narcotráfico. O objetivo é outro.

- Keynes tinha já advertido para os perigos (perigos do ponto de vista da sobrevivência do capitalismo) inerentes à *supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo*, que tinha marcado o período imediatamente anterior à *Grande Depressão*. Vale a pena, talvez, dizer algo sobre isto.

Na minha terra, o povo diz que “quem cabritos vende e cabras não tem de algum lado lhe vem.” E nós sabemos, desde Aristóteles, que o dinheiro não cria dinheiro (*Nummus non facit nummos*, como rezam os textos da teologia católica medieval).

O mundo mudou, mas continua a ser verdade que *o dinheiro não cria dinheiro*. O que significa que o muito dinheiro ganho pelo capital financeiro só pode resultar do desvio de uma parte da riqueza criada nas atividades produtivas.

O capital financeiro descobriu, pois, a ‘arte’ de se apropriar de uma parte (relevante) da mais-valia. E os resultados desta ‘descoberta’ constituem um dos fatores que ajudam a compreender a *tendência para a baixa da taxa média de lucro nos setores produtivos* (nas atividades não financeiras). Na verdade, se o dinheiro não cria dinheiro, de onde vêm os milhões que ganha o capital financeiro? Só pode vir do setor produtivo. Portanto, os lucros do capital financeiro são uma punção sobre a riqueza criada no setor produtivo. Uma grande parte desse dinheiro é desviado do investimento produtivo, inovador e criador de emprego e de riqueza para atividades puramente especulativas (um estudo sobre a Bolsa de Valores de Nova York mostra que só 1% dos movimentos bolsistas tem a ver com a capitalização das empresas, 99% não tem nada a ver com as empresas).

Como a especulação dá origem a ganhos fabulosos, é claro que o capital produtivo, quando pede empréstimos à banca, dificilmente pode pagar juros que se pareçam dos ganhos obtidos nos jogos de casino (muitas vezes atividades criminosas ou imorais, ainda que protegidas por *legislação amiga*). As taxas de juros aumentam, os custos financeiros aumentam também, provocando a baixa das taxas de lucro. Anão admira que aumente a pressão dos empresários e do seu estado para retirar direitos dos

trabalhadores, combater o movimento sindical, combater a contratação coletiva, para rebaixar os salários e os direitos sociais e aumentar os impostos sobre os trabalhadores, ao mesmo tempo que se impõe a baixa de impostos sobre o capital e se protegem as empresas com subsídios, apoios e privilégios de toda a espécie (facilitação dos despedimentos, aumento da jornada de trabalho, diminuição do tempo de férias, não remuneração do trabalho extraordinário, isenção do pagamento dos descontos patronais para a Segurança Social).

As últimas três ou quatro décadas foram marcadas por um acentuado e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, rapidamente incorporado na atividade produtiva, o que se traduziu em enorme aumento da produtividade. Mas os agentes que estão por detrás da *financeirização* têm pressionado (e continuam a pressionar) os governos a adotar políticas de *arrocho salarial* (diminuição dos salários reais e diminuição da parte da riqueza criada que cabe aos trabalhadores), bem como políticas que dão primazia ao combate à inflação e que desvalorizam a promoção do crescimento e do emprego. Tudo de acordo com a lição dos ‘ayathollahs’ do neoliberalismo (Hayek e Milton Friedman).

O dogma neoliberal foi cumprido. Mas o mundo não ficou mais próspero nem mais feliz com esta tentativa de contrariar a *baixa tendencial da taxa média de lucro* à custa da diminuição dos custos do trabalho, ou, dito de outro modo, à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores.

A história do capitalismo maduro mostra que o aumento do poder de compra dos trabalhadores acompanhou sempre os períodos de crescimento económico e de progresso social. Isto quer dizer que a subida dos salários reais, em resultado da luta das organizações dos trabalhadores, tem constituído, historicamente, um fator de desenvolvimento pelo menos tão importante como o desenvolvimento científico e tecnológico (e o conseqüente aumento da produtividade), as exportações e o investimento direto estrangeiro.

O grande mérito de Keynes poderá ter residido na sua capacidade de compreender isto mesmo. E, preocupado, acima de tudo, em salvar o capitalismo, fez propostas que estão na base do estado social e do estado-providência.

Mas, com a implosão da URSS e da comunidade socialista europeia, a *contra-revolução monetarista* ganhou novo fôlego, o *pensamento único* conquistou mais adeptos, a *ideologia neoliberal* acentuou o seu domínio, e os ‘donos’ do mundo

acreditaram que não havia razão para medos e que, como os vampiros, poderiam *comer tudo e não deixar nada*.

Sempre tem sido assim: quando as condições objetivas permitem alimentar o sonho de que o capitalismo tem garantida a eternidade, ganha força a tentação reacionária de regressar ao séc. 18 e à violência das relações industriais que marcou os primeiros tempos do capitalismo.

Este o sentido das políticas neoliberais, que rejeitaram ou esqueceram a lição de Keynes e apostaram na baixa dos salários reais e na partilha dos ganhos de produtividade em benefício do capital. Em resultado delas, os ganhos da revolução científica e tecnológica têm servido, essencialmente, para aumentar os ganhos do capital (em especial as ‘rendas’ do capital financeiro-especulativo), quando deveriam ter ajudado à progressiva libertação dos trabalhadores, não só através do aumento dos salários, mas, sobretudo, proporcionando garantias mais sólidas no que toca aos direitos no âmbito da segurança social, melhores condições de vida e de trabalho, redução do horário de trabalho, melhores serviços públicos de educação e de saúde, universais, gerais e gratuitos.

Tais políticas garantem lucros (e muitos) a curto prazo, mas provocam o empobrecimento dos trabalhadores e agravam as contradições no seio do capitalismo como um todo, acabando por conduzir a situações de *sobrecapitalização* (*sobreacumulação*), que configuram *crises de sobreprodução*, cujo risco de ocorrência é tanto maior quanto mais acentuado e acelerado for o desenvolvimento das forças produtivas que acompanha o desenvolvimento científico e tecnológico.

Esta é, a meu ver, a questão central que está por detrás da presente crise (e de todas as outras crises do capitalismo). Ela traduz uma contradição que o capitalismo não consegue ultrapassar.

E as crises são ‘necessárias’ para interromper o processo de acumulação do capital e ‘destruir’ o capital em excesso (equipamentos, edifícios, recursos materiais, conhecimento, trabalhadores ‘condenados’ ao desemprego em massa). Foi o que aconteceu, mais uma vez. Parece até que tudo foi planeado para que a crise acontecesse, de modo a que, a pretexto dela, os grandes senhores do mundo pudessem atacar, violentamente e contra as normas constitucionais, os direitos sociais dos trabalhadores (e, portanto, também os seus direitos civis e políticos), com o objectivo de fazer regressar o mundo aos tempos do capitalismo selvagem (que é, afinal, o capitalismo na sua essência).



- Creio que é importante, a este propósito, chamar a atenção para outro ponto. É que, tendo como pano de fundo as *políticas de globalização neoliberal*, a *financeirização* da economia foi acompanhada, nos países industrializados, pela *internacionalização* de muitas empresas industriais, i.é, pela *deslocalização* de muitas delas (acompanhada da exportação de capitais) para países com mão-de-obra barata e sem direitos, o que se traduziu em acentuada *desindustrialização*, com profundas alterações na estrutura da produção e do emprego e com repercussões em termos de reforço da debilidade das estruturas produtivas dos países dominantes.

Este fenómeno afetou a generalidade dos países industrializados. Mas talvez os EUA sejam o exemplo mais significativo: nestes últimos 20 anos os EUA terão perdido cerca de 5 milhões de empregos industriais, o que arrastou consigo a baixa acentuada dos salários não só na indústria (em alguns casos quase 50%), mas também nos setores de refúgio dos trabalhadores ‘expulsos’ da indústria (serviços pouco produtivos, que pagam mal: empregados de balcão, trabalhadores de serviços de saúde ambulatorios e dos serviços de assistência social). Muitos destes trabalhadores integram o número elevado de *pobres que trabalham* (trabalham, mas o salário que recebem não é suficiente para os livrar da situação de pobreza), situação que está a revelar-se como um *problema estrutural* da economia americana.

Detroit é, sem dúvida, o caso mais dramático: a “cidade-motor dos EUA” transformou-se numa cidade fantasma, que perdeu, desde a década de 1960, mais de metade dos seus habitantes, com bairros inteiros desertos e ao abandono, uma cidade paupérrima e insegura, na qual só o número de prisões tem aumentado. É um exemplo muito revelador das consequências das políticas de globalização neoliberal que privilegiam o *capital financeiro* (a especulação, os jogos de casino) e desvalorizam o *capital produtivo* (as atividades criadoras de riqueza e de emprego). É um retrato impressionante da natureza deste *capitalismo de rapina*, deste *capitalismo do crime sistémico*.

Estudos referentes aos EUA indicam que os novos postos de trabalho criados no setor dos serviços oferecem, na sua maioria, salários bastante mais baixos do que os praticados anteriormente na indústria. E aqui pode radicar um *fator estrutural* gerador da *baixa dos salários reais* na sociedade americana, aumentando as desigualdades e potenciando a ocorrência de crises cíclicas, cada vez mais difíceis de ultrapassar, no que se refere ao desemprego, dada a redução das atividades produtivas na indústria: é mais difícil criar novos postos de trabalho e os que existem oferecem salários mais baixos.

Por isso, nos últimos vinte ou trinta anos, as crises do capitalismo têm-se caracterizado por uma enorme dificuldade em retomar o crescimento do emprego: a economia começa a crescer, mas o desemprego mantém-se, a níveis elevados. Isto significa que, não recuperando o seu posto de trabalho, os trabalhadores não recebem o seu salário e não dispõem de rendimentos para comprar as mercadorias que o sistema produz para vender.

A ultrapassagem das crises do capitalismo vem-se revelando uma tarefa cada vez mais difícil de resolver, porque, nas condições referidas, não é fácil fazer arrancar o processo de acumulação do capital, traduzido na recuperação da economia e na criação de emprego.

- A *mundialização do mercado do trabalho* foi, sem dúvida, uma das consequências marcantes da mundialização, colocando em concorrência os trabalhadores de todos os países, (independentemente do seu grau de desenvolvimento industrial e do sistema social, do nível dos salários, do nível de organização sindical ou da total falta dela), e aumentando enormemente o *exército de reserva de mão-de-obra* em benefício das grandes empresas dos países liderantes à escala mundial. Este é, sem dúvida, um elemento novo na caracterização do capitalismo, que não existia em 1916, quando Lenine publicou o estudo clássico sobre *O Imperialismo*, e que precisa de ser analisado à luz da revolução científica e tecnológica do último quarto de século. Ele ajudou a criar um ambiente favorável às *políticas de arrocho salarial* sistematicamente prosseguidas na Europa, nos EUA e em todo o mundo, de acordo com os cânones do neoliberalismo.

O recurso às políticas orientadas para provocar a baixa dos salários reais tem sido o principal expediente utilizado para tentar contrariar a *tendência estrutural no sentido da baixa da taxa média de lucro*. Mas a verdade é que o salário pago aos trabalhadores não é apenas um elemento dos custos de produção. É também o rendimento que alimenta o poder de compra da grande maioria da população que há-de comprar as mercadorias produzidas com o único objectivo de serem vendidas no mercado e que têm de ser vendidas para que os empresários capitalistas possam recuperar o dinheiro investido e apoderar-se da *mais-valia* (que lhes garante o *lucro*, sem o qual as empresas capitalistas não funcionam).

Por isso, a diminuição do poder de compra dos trabalhadores não pode ser inteiramente compensada pelo aumento do consumo de luxo e de superluxo dos ricos. Esse aumento – que se tem, aliás, registado, de forma explosiva, ‘queimando’ para

investimentos produtivos e investimentos sociais uma parte significativa da riqueza criada – não basta (como já Henry Ford e Keynes tinham percebido) para assegurar uma procura agregada que acompanhe o aumento da capacidade de produção. A *sociedade de produção em massa* exige um *consumo de massa*.

Pode aumentar a pressão consumista, usando e abusando dos instrumentos ao serviço da *sociedade de consumo*. Mas isso também não basta: a tentativa de compensar a redução do poder de compra dos salários através do estímulo ao consumo financiado pelo crédito não chega para anular os efeitos daquela redução, e provoca a baixa generalizada e acentuada da taxa de poupança das famílias (e dos estados) e o sobreendividamento de muitas delas, que acabam por não poder pagar os encargos assumidos.

A crise atual veio confirmar o que já se sabia: ao reduzir os salários, o capital aumenta a sua taxa de mais-valia (em termos absolutos e relativos), mas reduz também o poder de compra dos trabalhadores, colocando em risco a *realização da mais-valia*. E as *crises de sobreprodução* inerentes ao capitalismo são, precisamente, *crises de realização da mais-valia*.

O predomínio do capital financeiro sobre o capital produtivo tem acentuado os riscos de crise nos setores das atividades produtivas (nomeadamente nos setores industriais), aumentando as dificuldades do capital produtivo em recuperar o capital adiantado e agravando a *tendência para a baixa da taxa de lucro*, uma vez que as *rendas* do capital financeiro (com realce para o capital especulativo) vêm absorvendo uma parte crescente da mais-valia global.

- Durante as décadas de 1980 e 1990, recorreu-se à chamada *economia do crédito*, usando-se e abusando-se dos mecanismos do crédito ao consumo e de outras modalidades de crédito pessoal para ‘viciar’ as pessoas e as famílias a gastar o que tinham e o que não tinham, acreditando-se talvez – ainda que sem qualquer base séria – que tal expediente poderia compensar os resultados das políticas orientadas para a redução do poder de compra dos trabalhadores. A partir dos anos 2000, sobretudo nos EUA, o crédito fácil e barato às famílias (em especial o *crédito garantido por hipotecas*) foi o expediente utilizado para contornar os efeitos negativos da baixa dos salários reais sobre o consumo agregado, conseguindo mesmo assegurar um certo aumento do consumo. Foi o apogeu do *crédito subprime*, assim designado porque era concedido sem respeitar as regras técnicas sobre as garantias exigidas a quem recorre ao crédito, no que toca à sua

capacidade para cumprir atempadamente os encargos da dívida). Falou-se de *empréstimos tipo ninja* (“**No Income, no Job or Asset**”), empréstimos concedidos a quem não tinha rendimentos, nem emprego, nem ativos, que vieram a revelar-se como mais um expediente de *rent-seeking*, com o objetivo de explorar os mais pobres e os menos educados e mal informados, caçando-lhes o pouco que têm, graças a empréstimos predatórios e a práticas abusivas em cartões de crédito. Como escreveu um autor, o capital financeiro transformou a vida das pessoas numa fonte direta de lucro.

Os recursos financeiros disponíveis excediam a capacidade de investimento na economia real, e os gestores da banca convenceram-se de que podiam ganhar muito dinheiro emprestando ou lançando os fundos disponíveis nos ‘jogos de casino’, sem acautelar minimamente o seu reembolso. E, se bem o pensaram, melhor o fizeram: alguns bancos chegaram a emprestar o equivalente a trinta vezes o montante dos seus depósitos.

O ambiente especulativo que rapidamente se generalizou levou com frequência à concessão de crédito a quem não tinha capacidade financeira para pagar os respetivos encargos, e estes créditos, pretensamente garantidos por hipotecas pouco ou nada fiáveis, eram sistematicamente utilizados na *titularização*, i. é, na ‘produção’ de novos títulos obrigacionistas destinados ao ‘mercado’ da especulação.

Pacotes desses *produtos derivados* (títulos obrigacionistas negociáveis), assentes em créditos hipotecários se consistência, eram depois vendidos pela banca a investidores institucionais, tendo-se, por esta via, espalhado por instituições financeiras de todo o mundo. Disperso o risco pela grande quantidade de titulares de unidades de participação nestes fundos, os inventores deste ‘jogo’ talvez tenham pensado ter resolvido a *quadratura do círculo*, acreditando que poderiam vender sem limitações esses créditos titularizados, com base na ilusão de que a dispersão dos riscos os fazia desaparecer.

Enquanto o preço das habitações foi aumentando, muitos dos clientes dos bancos que tinham adquirido as suas casas a crédito eram encorajados a constituir sobre elas uma nova hipoteca, para receberem mais crédito ao consumo, que iria ser igualmente titularizado, numa espiral vertiginosa. O escândalo foi de tal ordem que, já em 2004, o próprio FBI denunciou, publicamente, o que designou uma *epidemia de fraudes hipotecárias*. As entidades reguladoras fizeram de conta que não viam nada e a Administração Bush não só não fez nada como deu a entender claramente que nada faria.

Durante algum tempo, o ‘truque’ conseguiu disfarçar os efeitos depressivos estruturais daquele fenómeno da baixa dos salários reais, e os EUA registaram uma taxa de crescimento do PIB algo superior à registada na UE (onde, ao menos em alguns países,

foi utilizado idêntico estratégia). A verdade, porém, é que a *titularização de créditos hipotecários* de baixa qualidade não passava de um instrumento de engenharia financeira destinado a alimentar o aumento artificial do (falso) poder de compra das famílias, aliciadas a obter um ganho financeiro (puramente especulativo).

Num país em que o endividamento das famílias, graças ao ‘estímulo’ do *crédito ao consumo*, representava 120% do rendimento disponível, a fantasia desfez-se quando, em meados de 2006, os preços das habitações começaram a baixar e, no primeiro trimestre de 2007, mais de dois milhões de famílias que tinham sido atraídas pelo crédito fácil deixaram de pagar os seus encargos. Foi o início da chamada *crise do subprime*.

O risco afetou rapidamente não só os bancos mas também as companhias de seguros que tinham feito o seguro (e até o resseguro) dos créditos concedidos, bem como os fundos de investimento controlados por aqueles, cujas dificuldades aumentaram porque o valor de mercado dos prédios hipotecados foi baixando progressiva e acentuadamente.

Quando os *produtos financeiros derivados* resultantes da titularização dos créditos hipotecários, embora teoricamente negociáveis, deixaram de ser negociados na prática, porque ninguém os queria, chegou-se ao fim do caminho: a banca do ‘casino’ ficou sem fundos, cheia de *lixo tóxico*; as famílias estavam mais endividadas (muitas perderam as casas) e as taxas de poupança baixaram dramaticamente.

Em pouco tempo a crise instalou-se no *mercado interbancário* (o mercado em que os bancos emprestam dinheiro uns aos outros, em regra a prazos muito curtos): perante a realidade, os bancos deixaram de confiar uns nos outros (porque conheciam bem o *lixo* que todos tinham acumulado) e suspenderam as operações de crédito entre eles, o que provocou a diminuição da liquidez, a escassez do crédito e o aumento das taxas de juro.

Em março/2008, o *Bear Sterns* (um importante banco de investimentos) entrou em colapso, tendo sido salvo pelo FED, que forçou a sua compra pelo *JPMorgan*, ao qual teve de emprestar, para o efeito, cerca de 30 mil milhões de dólares. Em setembro/2008, o governo americano teve que salvar a *Fannie Mae* e a *Freddie Mac* (as duas ‘estrelas’ do crédito hipotecário, que detinham cerca de metade do mercado dos créditos hipotecários), salvamento que custou aos contribuintes 200 mil milhões de dólares.

Na tentativa de aumentar a liquidez, o FED injetou milhões de dólares no circuito financeiro, gastou um milhão de milhões de dólares na compra de ativos tóxicos e ofereceu crédito aos bancos a taxas de juro próximas de zero. Apesar disso, o *Lehman Brothers* anunciou falência no dia 15/setembro/2008. No dia seguinte, a Administração

americana decidiu intervir (transformando dívida privada em dívida pública) para salvar o *AIG*, um grupo segurador de créditos, muitos deles assentes em *ativos tóxicos*. O estado americano viria depois a subscrever também 36% do capital social do gigante *Citigroup*.

Em síntese: por pressão do capital financeiro, o *estado capitalista*, fiel aos dogmas do neoliberalismo, concedeu todas as liberdades à especulação. Quando o ‘negócio’ faliu, foi chamado para salvar os especuladores, tendo respondido à chamada com toda a solicitude e determinação, convocando o povo para pagar a fatura. Só os acionistas e os credores do *Lehman Brothers* perderam o seu dinheiro. Invocando o *risco sistémico* (que até então ignorara), a Administração Bush, que sempre considerou a ‘intervenção’ do estado na economia como um dos sinais da existência do *império do mal*, protagonizou a mais dispendiosa operação do estado desde os anos 1930 (700 mil milhões de dólares para salvar os bancos, em setembro/2008). E proclamou que não deixaria falir mais bancos. Estava inventado o *capitalismo sem falências*, conceito que a União Europeia adotaria pouco depois (os bons exemplos devem ser seguidos...)

No final de 2008, a *crise financeira* degenerou em *crise económica*, que teve o momento mais simbólico no afundamento da *General Motors*, o símbolo da indústria americana e do poderio americano (ficou célebre o *slogan*: *o que é bom para a GM é bom para os EUA*), salva à custa de milhões e milhões de dólares saídos dos bolsos dos contribuintes. Hoje, talvez se possa dizer que aquele *slogan* foi substituído por este outro: *o que é bom para o Goldman Sachs é bom para os EUA...*

- A progressiva liberalização e desregulação dos mercados financeiros, juntamente com a absoluta liberdade de circulação de capitais, abriram de par em par as portas da especulação e esta constitui, como sempre, uma ameaça para a saúde da economia, agora à escala mundial, como é próprio deste mundo ‘globalizado’.

Sabe-se hoje que os receios de uma crise financeira mundial já tinham chegado à reunião do G7 de fevereiro/2007. Nela foi abordada a eventual necessidade de regulamentar a atividade dos chamados *hedge funds*. Estes são fundos de investimento puramente especulativos, inteiramente desregulados, que operam à escala mundial, muitas vezes com sede em *off-shores*, que escapam às regras da transparência e ao controlo das autoridades de supervisão, atuando com base em estratégias de investimento que buscam a máxima rentabilidade investindo em ‘produtos’ de alto risco. Constituem, por tudo isso, elementos fortemente desestabilizadores do sistema financeiro e propagadores de elevado potencial das crises financeiras.

Os mais avisados já então admitiam que o colapso de um deles pudesse arrastar consigo uma crise mundial de grandes dimensões. Mas os ‘donos’ do ‘casino’ (com destaque para os EUA e o RU, que constituem o ninho acolhedor de cerca de dez mil *hedge funds*) opuseram-se a qualquer intervenção. A roleta continuou a rodar, e, para os senhores do mundo, tudo corria no melhor dos mundos, até que a crise rebentou. Em finais de 2007, a chamada *crise do subprime* espalhou, a partir dos EUA, os ventos que provocaram a maior crise do capitalismo desde 1929.

Os apóstolos das liberdades do capital sempre proclamaram, aliás, o seu carinho por estes fundos de investimento geradores de altos lucros financeiros, capazes de atrair as pessoas e as instituições mais qualificadas. Alan Greenspan foi um dos grandes defensores destes fundos (a que chama *abelhas polinizadoras de Wall Street*): apesar de saber que eles são manipulados por *jogadores compulsivos*, apontava-os como as *finanças do futuro...*

Hoje é por demais evidente a pesada responsabilidade desta política neoliberal de fomento e garantia das liberdades do capital financeiro no desencadear da grave *crise financeira* que anunciou e desencadeou a *crise económica* profunda e global que atualmente percorre o mundo capitalista: a progressiva desregulamentação dos mercados financeiros, a liberdade absoluta de circulação de capitais à escala mundial e a deficiente (ou cúmplice) actuação das entidades reguladoras e das agências (privadas) de *rating* são alguns dos fatores que conduziram o ‘casino’ à bancarrota.

Esta crise veio tornar evidentes as consequências dramáticas do *capitalismo de casino*, da predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo, do corte entre a especulação financeira e a economia real, pondo em xeque, de modo irrecusável, os cânones do neoliberalismo.

- Quando a crise eclodiu muita gente tentou apagar esta caracterização da crise, com a preocupação de passar a ideia de que o capitalismo não tem nada que ver com as crises, que o capitalismo é perfeito e eterno, *sem alternativa...* Defenderam os ‘moralistas’ que estávamos perante uma crise de valores morais dos banqueiros. A Sr<sup>a</sup> Merkel, numa declaração patética, proclamou que a crise tinha sido provocada pelos *excessos do mercado* (quem diria: afinal, os mercados tão naturalism tão perfeitos e tão infalíveis, também cometem excessos...).

- Uma outra versão da tese da *doença benigna* é a dos que atribuíram a culpa à regulação: o que falhou foi a regulação e a supervisão.

No âmbito da UE, esta tese foi uma das teses ‘oficiais’ defendidas em documentos da Comissão Europeia: a crise financeira revelou graves lacunas em matéria de supervisão financeira, que não conseguiu impedir a acumulação de riscos excessivos no sistema financeiro.

E não há dúvida de que os sinais exteriores da crise puseram em evidência a influência negativa da atuação das autoridades responsáveis pela regulação e pela supervisão do setor financeiro, atuação frouxa, pouco transparente e cúmplice dos interesses do grande capital financeiro, atuação que tornou possível a desregulamentação do setor financeiro, a absoluta liberdade de circulação do capital, a liberdade de criação de ‘produtos financeiros’ derivados, inventados com todo o carinho dos seus criadores para alimentar as apostas no casino em que transformaram o mundo.

É caso para perguntar: onde está a surpresa? Subtraída a *função reguladora* à soberania do estado, poderia esperar-se que ela tivesse êxito, uma vez confiada às *agências reguladoras ditas independentes*?

Criadas em pleno ‘reinado’ do neoliberalismo, estas agências e a sua ‘independência’ foram ‘inventadas’ porque todos sabem (a começar pelos seus ‘inventores’) que, libertas do *dever de prestar contas* perante os órgãos do poder político legitimados democraticamente e subtraídas ao escrutínio político do povo soberano, essas agências ficam mais vulneráveis do que o estado à influência dos interesses económicos dominantes. Filhas do neoliberalismo, elas adoptaram, naturalmente, os dogmas do seu criador.

Toda a gente sabe, aliás, que estas agências só podem estar ao serviço dos setores regulados, porque elas são ‘capturadas’ (é esta designação expressiva que se costuma utilizar) pelos setores regulados. São eles que mandam nas agências reguladoras ditas *independentes*, e não o contrário. Num livro de 2013, Stiglitz não tem dúvidas em afirmar que só são nomeadas para as agências reguladoras personalidades em geral previamente ‘contactadas’ pelos patrões dos setores regulados, graças à atuação de exércitos de *lobbistas*, verdadeiros exércitos mercenários cuja missão é garantir que o Governo nomeia reguladores que já foram ‘contratados’ (‘capturados’), de uma forma ou de outra, para servir os interesses do setor regulado e não o interesse público.

É sabido que os ‘reguladores’ são escolhidos entre pessoas que trabalham no setor, que conhecem e são amigos dos ‘donos’ e dos administradores das grandes empresas



reguladas, que partilham com eles os mesmos interesses, as mesmas motivações, a mesma visão do mundo, e que não-de pretender regressar ao setor, uma vez terminada a ‘comissão de serviço’ como reguladores. Eles sabem que, se atuarem alinhados com os interesses dos regulados, virão a ser generosamente recompensados. Fica tudo em família...

O destino desta ‘regulação neoliberal’, *amiga do mercado*, só poderia ser a desregulação: o *estado regulador* (que foi, de facto, *pseudo-estado regulador*, ou *estado pseudo-regulador*, talvez melhor: *estado desregulador*, *estado fingidor*, *estado enganador*), cumpriu o seu papel de desregular os mercados (nomeadamente o mercado financeiro) e de garantir a *livre circulação de capitais* e a *livre criação de produtos financeiros derivados*.

A verdade é que foi sob o seu olhar cúmplice que o império do capital financeiro impôs a desregulamentação de toda a economia e, em especial, do setor financeiro, e conseguiu o que queria: a entrega dos chamados ‘mercados’ aos especuladores e a entrega das *famílias*, das *empresas produtivas* e dos próprios *estados nacionais* aos “mercados”, isto é, aos especuladores, aos que constituem a *aids da economia mundial* (Jacques Chirac *dixit*).

A verdade é que foi sob a ‘autoridade’ destas agências reguladoras que os bancos e o sistema financeiro em geral, libertos do controlo do estado, se lançaram no aventureirismo mais irresponsável (para usar linguagem diplomática), comprometendo nos ‘jogos de casino’ não só os interesses dos seus clientes, mas todas as atividades produtivas e criadoras de riqueza.

Um exemplo ajuda a compreender que tudo correu como desejado e como previsto. O responsável por aquela que deve ser a agência reguladora mais importante do mundo (o Sistema de Reserva Federal norte-americano - FED) foi, desde 1987 até 2006, o Sr. Alan Greenspan. Grande apóstolo da desregulação, sempre se definiu como defensor ferrenho do livre funcionamento dos mercados, nunca escondeu a sua rejeição de qualquer tipo de regulação que não seja a *auto-regulação pelo mercado* e sempre fez gala de afirmar publicamente a sua fé na *mão invisível* (reafirmou a sua ‘fé’ mesmo já em plena crise, garantindo que a *mão invisível* estava aí, a regular bem a economia, e que ela não era mero tema de manuais...).

Como Presidente do FED, sempre defendeu que quanto mais liberdade para o capital financeiro melhor para os negócios (e melhor para o mundo). Coerentemente, estimulou e o aplaudiu todas as medidas liberalizadoras e desregulamentadoras que

abriram as portas do casino aos bancos, e estes, como jogadores compulsivos, ‘queimaram’ no jogo, criminosamente, o dinheiro dos depositantes.

Quem o nomeou para o cargo conhecia-o bem. Por isso o nomeou. Mas é claro que quem entrega à raposa a guarda da capoeira não quer proteger as galinhas da capoeira da gula da raposa; quer, evidentemente, alimentar a raposa à custa do sacrifício das galinhas.

O que é verdade é que nas cimeiras do G20 de 2008 (Washington) e de 2009 (Pittsburg) se falou da necessidade de reforçar os mecanismos de regulação e de supervisão do setor financeiro. Mas não se foi além da conversa. Razão tinha Michel Rocard quando avisava (2003) que “numa economia mundialmente aberta não há lugar para a regulação nem limites para a violência da concorrência”. Dito de outro modo: em um mundo governado pelas políticas neoliberais, com economias dominadas pelo capital financeiro especulador, *não há lugar para a regulação, e não há limites para a violência dos grandes conglomerados internacionais* (que substituíram o mercado e a concorrência).

Em suma: a regulação é uma falácia, não é coisa para levar a sério, porque dela não resulta nada, nem pode resultar.

- Ao fim e ao cabo, procurava-se fazer passar a ideia de o capitalismo não tem nada que ver com as crises, porque o capitalismo é eterno (*é o fim da história*) e *não há alternativa* ao capitalismo. O que é preciso é abandonar o neoliberalismo. Como quem quer esconjurar os fantasmas, alguns políticos social-democratas adiantaram mesmo que *o neoliberalismo morreu* (tal como, diziam, o comunismo morreu há vinte anos...). Talvez acreditassem que assim ‘curavam’ a crise..., sem terem de ressuscitar Keynes, que querem que continue morto e bem morto.

Ora o neoliberalismo é uma das faces do capitalismo, correspondente às exigências do capitalismo em certa fase histórica, nomeadamente nesta fase caracterizada pela supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo.

O neoliberalismo não é um elemento estranho ao capitalismo, não é um fruto espúrio que nasceu nos terrenos do capitalismo, nem é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm mais nada em que pensar.

O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, é a nova máscara do estado capitalista, depois de limpar os cremes das máscaras que usou anteriormente para se disfarçar.

O neoliberalismo é o capitalismo puro e duro do século XVIII, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho.

O neoliberalismo é a *ditadura da burguesia*, sem concessões. Mais especificamente: a *ditadura do grande capital financeiro*.

- A crise aberta em 2007/2008 é, pois, mais uma *crise do capitalismo*, talvez uma *crise estrutural do capitalismo*, cujas causas últimas, indo além das bolhas especulativas e dos jogos de casino que tornaram a crise indisfarçável, radicam na própria essência do capitalismo, tendo-se acentuado progressivamente à medida que se foram consolidando os resultados da *mundialização feliz* de que falam os apóstolos da *política de globalização neoliberal* dominante.

Porque é de *política* que se trata. Ao contrário do que o discurso dominante procura fazer passar, a *globalização* não é um *processo espontâneo e inevitável*, consequência automática do desenvolvimento científico e tecnológico, nomeadamente das transformações operadas nos sistemas de transporte e nas tecnologias da informação e da comunicação, que permitem controlar a partir do ‘centro’ uma estrutura produtiva dispersa por várias regiões do mundo e permitem obter informação e actuar com base nela, em tempo real, em qualquer ponto do planeta, a partir de qualquer ponto do planeta.

A *globalização neoliberal* é, verdadeiramente, uma *política de globalização*, uma política ao serviço de um *projeto político*, concebido e levado a cabo de forma consciente e sistemática por todas as instâncias do poder político e apoiado, com nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da *ideologia dominante*, o totalitarismo do *pensamento único* assente nos dogmas do *neoliberalismo*.

É claro para mim que a revolução científica e tecnológica não pode ser confundida com a globalização nem pode ver-se nesta o resultado inevitável daquela. Nos primeiros tempos da revolução industrial os operários viram nas máquinas o seu ‘inimigo’ e por isso as destruíram e sabotaram. Cedo compreenderam, porém, que o seu inimigo de classe nunca poderiam ser as máquinas, mas uma outra classe social. Ninguém de bom senso e de boa fé pode cometer hoje o mesmo erro, considerando que a origem dos nossos

males está no progresso da ciência e na inovação tecnológica. Seria imperdoável que o fizéssemos. Porque o desenvolvimento da ciência e da tecnologia é *o caminho da libertação do homem*.

A chamada globalização é um fenómeno complexo, que se apresenta sob múltiplos aspetos (de ordem filosófica, ideológica e cultural), mas que tem no terreno da economia a chave da sua compreensão e a área estratégica da sua projeção. O objetivo final é o de construir um mundo de comércio livre de barreiras físicas ou legais no qual circulem livremente todo o tipo de bens (matérias-primas, semi-produtos e produtos acabados da indústria e da agricultura), serviços (incluindo os chamados “produtos financeiros”), capitais e tecnologia. Mas esta liberdade já não se aplica aos trabalhadores. Quanto a estes, os grandes centros imperiais procuram barricar-se nas suas fortalezas armadas, para evitar uma nova ‘invasão dos bárbaros’.

Um ponto essencial na caracterização da *globalização neoliberal* é a *hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo*. O *processo de globalização financeira* assume, neste contexto, uma importância fundamental, traduzindo-se, *grosso modo*, na criação de um *mercado único de capitais* à escala mundial, no seio do qual rege o *princípio da liberdade de circulação de capitais*, que permite aos grandes conglomerados transnacionais colocar o seu dinheiro e pedir dinheiro emprestado em qualquer parte do mundo, a qualquer hora do dia ou da noite.

As *políticas de globalização neoliberal*, em especial as relacionadas com o chamado *processo de inovação financeira* (a *hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo*) que abriu o caminho à especulação a um nível nunca antes alcançado, introduziram distorções no capitalismo global que vieram potenciar os fatores de crise, alguns dos quais tendem a tornar-se *fatores estruturais de crise*.

Acho que já o disse atrás: o capital financeiro descobriu um modo autónomo de ganhar dinheiro, através do qual se vem apropriando de uma parte significativa da riqueza criada nos setores produtivos. Este tem sido um dos fatores potenciadores da concretização da *tendência para a baixa da taxa média de lucro*, que começou a ser registada, estudada e levada a sério a partir das crises da 1ª metade dos anos 1970.

- O *império neoliberal* tem alimentado a sua expansão graças à aceleração do chamado *processo de inovação financeira*, nomeadamente o desenvolvimento dos mercados de *produtos financeiros derivados*, *produtos virtuais* cuja criação livre foi

autorizada pela legislação que desregulou o sistema financeiro, multiplicando o *capital fictício* e alimentando a *especulação*.

Estima-se que os *mercados de futuros* mobilizam recursos financeiros equivalentes a oito vezes o PIB mundial anual, controlando os mercados dos alimentos (milho, trigo, arroz e soja), dos minerais de vários tipos e do petróleo e outros recursos energéticos, manipulando os respectivos preços a seu bel-prazer. A consciência do poder que isto representa é que dá sentido à tese dos que entendem que tais ‘produtos’ são verdadeiras “armas de destruição maciça” (Warren Buffet).

Mas estas armas não surgiram espontaneamente. Elas foram inventadas e produzidas, consciente e sistematicamente, pelo sistema financeiro, com o aval do estado capitalista e com o apoio de toda a violência que ele é capaz de mobilizar. A ‘revolução’ nas telecomunicações e na informática facilitou a vida ao *grande capital financeiro especulador*, que pode jogar 24 horas por dia num ‘casino’ de dimensão mundial. Mas não é sério dizer que o *capitalismo de casino* e a *globalização neoliberal* são a *consequência inevitável* do desenvolvimento científico e tecnológico.

A simples observação da realidade mostra que foi um *estado forte* que criou as condições que têm permitido ignorar o *compromisso* dos tempos do *estado social keynesiano*, destruindo os pilares do *Consenso Keynesiano*, substituído pelo chamado *Consenso de Washington*. Foram as instituições do poder político (os estados nacionais e as organizações internacionais dominadas pelo capital financeiro e pelos seus estados) que construíram, pedra a pedra, o império do *capitalismo neoliberal*, inspirado nos dogmas ‘codificados’ no *Consenso de Washington*: plena liberdade de comércio (sem barreiras alfandegárias ou quaisquer outros obstáculos à livre circulação de bens e serviços); *liberdade absoluta de circulação de capitais* à escala mundial (a ‘mãe’ de todas as *liberdades do capital*); *desregulação* de todos os mercados (em especial os mercados financeiros, entregues ao “dinheiro organizado” comandado pelos especuladores profissionais e institucionais; liberdade plena de criação de *produtos financeiros derivados*; imposição do dogma da *independência dos bancos centrais*, que se traduziu numa espécie de ‘privatização’ dos estados nacionais, inteiramente dependentes dos “mercados” (como as famílias ou as empresas) para o seu próprio financiamento (para o financiamento das políticas públicas); privatização do sector público empresarial, incluindo os serviços públicos (até a água!) e as empresas estratégicas que são o suporte da soberania nacional.

Em último termo, poderá dizer-se que são os estados nacionais os fatores da *globalização neoliberal*, porque são eles os signatários dos tratados internacionais que abriram as portas ao *livrecambismo fundamentalista* da OMC (e é sabido que o *livrecambismo* foi sempre a ideologia e a política dos interesses e das potências dominantes) e são eles os responsáveis pelas *políticas de globalização neoliberal*, que abriram caminho ao *capitalismo do crime sistémico*.

- O que acabo de dizer é visível a olho nu. No entanto, um dos pontos nodais da ideologia neoliberal consiste em fazer crer que o estado está reduzido a uma espécie de *estado mínimo*, porque o neoliberalismo pretende que o esteja *separado da economia*. É um ‘discurso’ cujo objetivo é o de esconder o papel fundamental do *estado capitalista* na definição e na execução das *políticas de globalização neoliberal*.

A verdade é que o liberalismo económico funcionou nas condições históricas dos sécs. 18 e 19, consideravelmente diferentes das atuais. A ‘solução’ liberal de impor aos trabalhadores o ónus de ‘pagar a crise’ (desemprego em massa e salários baixos e decrescentes, até que fosse atrativo contratar mais trabalhadores) só funcionou porque o capitalismo era então, sem disfarces, “um sistema em que os que não podiam trabalhar também não podiam comer”, como escreveu Samuelson, que cito de cabeça). E os que não tinham o que comer morriam, como era ‘natural’ e ‘justo’, segundo as *leis naturais* do mercado...

Mas o mundo mudou: a revolução científica e tecnológica e a concentração capitalista transformaram as estruturas capitalistas e trouxeram enormes ganhos de produtividade; os trabalhadores reforçaram a sua consciência de classe e ganharam força no plano sindical e no plano político; a generalização do sufrágio universal impediu que os governos continuassem a ignorar impunemente os sacrifícios (e os sacrificados) das crises cíclicas da economia capitalista, qualquer que fosse a sua duração e intensidade.

À medida que os trabalhadores foram conquistando o direito ao sufrágio universal e a generalidade dos direitos civis e políticos, o *laissez-faire* começou a experimentar dificuldades crescentes, que culminaram com a *Grande Depressão* dos anos 1929-1933 e o risco de um colapso iminente do próprio capitalismo.

Nos anos 1950, Raúl Prebisch (o argentino que foi o primeiro Presidente da CEPAL) compreendeu que, no contexto da América Latina, o liberalismo (imposto pelo

FMI aos países com dificuldades financeiras – as famosas *pílulas do Dr. Jacobson*) só poderia ser levado à prática *manu militari*, pela força das armas.

A esta luz, neste tempo em que os protagonistas quase exclusivos são os grandes conglomerados transnacionais, não faz qualquer sentido interpretar a globalização como um regresso aos tempos do ‘capitalismo de concorrência’, agora projetado à escala mundial. E é óbvio também que o neoliberalismo dos nossos dias não pode confundir-se com o regresso ao *laisser-faire* e aos mercados livres, que se diz dispensarem a ‘intervenção’ do estado na economia. Pessoalmente, acompanho os autores que continuam a defender que o estado nacional continua a ser a estrutura básica de comando da ordem estabelecida, a sede das decisões mais importantes, no plano político e no plano sócio-económico. Noutra perspetiva, o estado nacional continua a ser a matriz da liberdade e da cidadania e continua a ser o único espaço em que trabalhadores podem, no âmbito do *estado de direito democrático*, promover a sua organização e desenvolver as suas lutas, pela defesa dos seus direitos e pela transformação do mundo.

Um dia destes o estado nacional talvez venha a público anunciar que a notícia da sua morte terá sido um tanto exagerada...

- É hoje particularmente visível que o *projeto político neoliberal* não é um projeto libertário, que dispensa o estado. Nas sociedades de classes em que vivemos, o capitalismo pressupõe sempre a existência do *estado capitalista*. Mas os *fatores estruturais* potenciadores de crises (crises cada vez mais frequentes e mais difíceis de ultrapassar: mesmo quando o PIB começa a crescer, taxas elevadas de desemprego mantêm-se durante mais tempo, e os novos postos de trabalho gerados oferecem salários mais baixos do que os vigentes antes da crise) tornaram mais premente a presença de um *estado de classe* cada vez mais forte e cada vez mais comprometido com o capital financeiro, com o “dinheiro organizado”. E o neoliberalismo, enquanto ideologia que visa reverter em sentido favorável ao grande capital financeiro a correlação de forças entre o capital e o trabalho, exige também um *forte estado de classe*, capaz de prosseguir objetivos ambiciosos.

Os *fatores estruturais* potenciadores de crises (crises cada vez mais frequentes e mais difíceis de ultrapassar: mesmo quando o PIB começa a crescer, taxas elevadas de desemprego mantêm-se durante mais tempo, e os novos postos de trabalho gerados oferecem salários mais baixos do que os vigentes antes da crise) tornaram mais premente

a presença de um *estado de classe* cada vez mais forte e cada vez mais comprometido com o capital financeiro, com o “dinheiro organizado”.

- Importantes estudos teóricos sobre esta problemática confirmam que a globalização neoliberal exige um *estado forte*. Com base na experiência do thatcherismo, Andrew Gamble defende, num livro publicado em 1994, que um dos pontos-chave da doutrina e do projeto político da Nova Direita é o que sustenta que uma *economia livre* exige que se restaure a autoridade do estado a todos os níveis da sociedade, exige um *estado forte*, capaz de dar combate aos *inimigos externos* e aos *inimigos internos*.

Em livro mais recente (2013), Wolfgang Streeck sublinha igualmente que o neoliberalismo necessita de um *estado forte* que consiga travar as exigências sociais, nomeadamente as que resultam da atuação do movimento sindical.

O sociólogo alemão analisa criticamente o processo em curso de *esvaziamento da democracia*, lembrando que este processo pode traduzir-se na *abolição da democracia*, segundo o que ele chama “modelo chileno dos anos 1970” [opção que entende não estar disponível atualmente], ou então através de uma “reeducação neoliberal dos cidadãos” [promovida pelo que designa “relações públicas capitalistas”].

E explicita depois os caminhos que a concretização do *primado duradouro do mercado sobre a política* exige estados que mereçam duradouramente a confiança dos detentores do capital, estados capazes de impor a *justiça de mercado*. na forma de uma remuneração adequada dos investimentos de capitais. Com este objetivo, entende o professor alemão, é que está a prosseguir-se a *neutralização da democracia* (da *democracia social* implantada na Europa depois da 2ª Guerra Mundial) e a imposição da *liberalização à moda de Hayek*, capaz de imunizar o capitalismo contra intervenções da democracia de massas. Não admira, por isso, que Wolfgang Streeck conclua que “o neoliberalismo não é compatível com um estado democrático.”

Estas reflexões reforçam as preocupações dos muitos autores que vêm alertando para o facto de os Tratados estruturantes da UE terem posto de pé um “poder político que já não se separa do poder económico e, sobretudo, do poder financeiro” (Étienne Balibar), um poder político que veio “corroer qualquer credibilidade democrática” ao processo de integração europeia (Habermas), transformando-o numa “catástrofe política e económica” (W. Streeck).

Na minha leitura, com o ‘argumento’ de que os *povos do sul* são incapazes de autogoverno, está-se a construir um novo *Leviathan*, para pôr ordem na casa, moderar os



que gostam de viver acima das suas posses, governar o presente e garantir o futuro. Um novo *Leviathan* que reduz a política à mera *aplicação mecânica de regras iguais para todos* (ignorando que a UE é constituída por países com situações e com histórias completamente diferentes), regras que são, por isso mesmo, a *negação da política* (e da *liberdade de decisão* que ela pressupõe, com a correspondente *responsabilidade*), a *negação da cidadania* e a *morte da democracia*. Um novo *Leviathan* que é, sem disfarce possível, a *ditadura do grande capital financeiro*, que vem, friamente, empobrecendo, humilhando e colonizando os *povos dos sul*.

Em último termo, as reflexões de Wolfgang Streeck obrigam-nos a levar a sério este outro ponto: estas soluções 'brandas' (apesar de 'musculadas' e até violentas) só serão prosseguidas se "o modelo chileno dos anos 1970" não ficar disponível para o grande capital financeiro. Se as condições o permitirem (ou o impuserem), o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, portador de perigos muito mais sérios do que os inerentes ao *fascismo de mercado* (para os quais alertava Paul Samuelson, já em 1980, numa conferência que proferiu no México) e ao *fascismo amigável* (título de um livro publicado em 1981, por Bertram Gross, colaborador de Roosevelt durante o *New Deal*).

- Corre mundo este outro *slogan*: *os bancos não podem falir*. Dizem uns que os bancos são *too big to fail* (há quem prefira dizer que os bancos são demasiado importantes para falirem). Defendem outros que a estabilidade do sistema financeiro é um *bem público*, acrescentando que *os bancos não podem falir* porque a saúde do sistema financeiro, nomeadamente a do sistema bancário, é essencial à saúde da economia e à salvaguarda da coesão social e, no limite, à defesa da soberania nacional (evitando a bancarrota do estado). Estes os pressupostos que os levam a defender que, quando os banqueiros comprometem nos *jogos de casino* as poupanças que a comunidade lhes confia, o interesse público (pois claro!) obriga os estados a intervir para os salvar da falência (diz-se que para garantir os depósitos e as pensões), gastando milhares de milhões de euros [patrioticamente 'roubados', digo eu, a quem trabalha e paga honradamente os seus impostos].

Muito bem. Mas então, se aqueles pressupostos são verdadeiros – e até posso concordar que o sejam –, a única conclusão lógica é a de que deve caber ao estado a gestão da poupança da comunidade, a definição das prioridades do investimento a realizar com

ela, a responsabilidade pela ‘produção’ daquele *bem público*, o que aconselha a que o estado chame a si o controlo (a propriedade e a gestão) do sistema financeiro, para garantir que os operadores financeiros atuam sempre tendo apenas em vista o interesse público, cumprindo o seu papel de financiadores da economia real, e para acabar com os *jogos de casino*, que permitem ganhos elevados a curto prazo, mas trazem a incerteza e a insegurança aos mercados financeiros, afetam a própria sustentabilidade do sistema bancário e financeiro e prejudicam o investimento produtivo (a criação de riqueza e de emprego e a inovação) numa ótica de médio e longo prazos.

Não é tolerável este domínio do capital financeiro sobre a política e sobre a economia. Mesmo aqueles que, na senda de Keynes, apenas pretendem salvar o capitalismo, em moldes que permitam a sua coexistência com as regras do jogo democrático, têm de levar a sério as propostas keynesianas no sentido da defesa da necessidade de uma certa *coordenação pelo estado da poupança da comunidade e dos fluxos do investimento por ela alimentados*, o que arrasta, segundo Keynes, a necessidade de “uma ampla expansão das funções tradicionais do estado”, a necessidade de “uma ação inteligentemente coordenada” para assegurar a utilização mais correta da poupança nacional, a necessidade da “existência de órgãos centrais de direção”, a necessidade de “medidas indispensáveis de socialização” e de *uma certa socialização do investimento*.

- A presente crise do capitalismo tem sido aproveitada, no quando de acentuada luta ideológica, para tentar ‘forçar’ a ‘suspensão’ ou o ‘esquecimento’ de preceitos fundamentais definidores do conceito de *estado de direito democrático*. Mas ela tem servido, acima de tudo, para ‘dramatizar’ até ao limite a chamada *crise do estado social*.

É bem sabido que a equação sobre a sustentabilidade do sistema público de segurança social tem a sua origem nos dogmas da ideologia neoliberal, que Milton Friedman expôs com toda a clareza ao considerar o *princípio da responsabilidade social coletiva* como uma “doutrina essencialmente subversiva”, para concluir pela necessidade de *destruir completamente o estado-providência*.

As políticas neoliberais acentuaram as desigualdades inerentes ao capitalismo. Mas os arautos da “revolução conservadora” não cessam de proclamar que as desigualdades, além de *naturais*, são uma coisa boa, uma condição indispensável do crescimento económico. O raciocínio é conhecido. Para que haja investimento novo, é necessário que haja poupanças e só os ‘ricos’ podem desempenhar este papel: arrecadar

os lucros, poupar uma parte e investi-la, para criar riqueza, de que os ‘pobres’ irão também aproveitar.

Esta visão doutrinária ‘legitimadora’ do *capitalismo-civilização-das-desigualdades* permite compreender a crítica radical do neoliberalismo ao chamado *estado social* e, nomeadamente, aos sistemas públicos de segurança social. Nesta lógica, as *despesas sociais do estado*, para além de serem responsabilizadas pelos défices orçamentais registados em vários países, são também responsabilizadas pela quebra do ritmo de crescimento e conseqüente aumento do desemprego, porque os recursos financeiros que financiam o estado social são recursos ‘roubados’ ao investimento (i.é, à criação de riqueza).

Vários estudos, tomando como base a realidade dos EUA a partir dos Governos Reagan, mostram o caráter enganador e mistificatório destes ‘argumentos’. Com efeito, os salários reais baixaram, os impostos sobre os rendimentos do trabalho aumentaram, as despesas sociais diminuíram, mas os défices orçamentais e a dívida pública cresceram aceleradamente, porque diminuíram os impostos sobre os rendimentos do capital e sobre os rendimentos mais elevados e cresceram assustadoramente as despesas militares. A ‘culpa’ das dificuldades experimentadas pela economia e pela sociedade americanas cabe, pois, por inteiro, ao *Warfare State* e não ao raquítico *Welfare State* institucionalizado neste país.

Muitos outros estudos legitimam, por sua vez, a conclusão de que os países onde o estado social foi mais longe (alimentado por impostos sobre o rendimento com taxas progressivas e relativamente elevadas, incluindo os impostos sobre os rendimentos do capital) são países que registam taxas de crescimento do PIB elevadas e sustentadas e que apresentam o mais elevado nível de vida e de bem-estar social.

Seguindo a lição de Milton Friedman, proclama-se que cada indivíduo é o melhor juiz dos seus interesses e da melhor forma de os prosseguir, com vista à maximização do seu bem-estar. *A liberdade de escolha* é arvorada ao estatuto de *mãe de todas as liberdades*, condição *sine qua non* da dignidade humana. Logo, ser contra a liberdade de escolha é ser contra a *verdadeira democracia*. A vocação totalitária da ideologia neoliberal revela-se a cada passo. Nós sabemos que, para defender a *erdade verdadeira*, foi criada a *Inquisição* (que obrigou Galileu a renegar a sua ‘verdade’) e as *fogueiras da Inquisição* (onde foi queimado Giordano Bruno, por se ter recusado a renegar a sua ‘verdade’). Esta é a inspiração dos que acusam o *estado social* de ser um “estado

totalitário”, porque “amordaça a liberdade de escolha”, porque “se apoderou da liberdade de escolha dos cidadãos”.

O que esta gente não quer é um estado que ofereça um serviço nacional de saúde universal e gratuito para todos os que procuram os seus serviços e um sistema público de ensino universal e gratuito, argumentando, ‘dogmaticamente’, que este *estado social desresponsabiliza os cidadãos e mata a liberdade de escolha*.

Coerentemente, acusam o estado social de ser um *estado totalitário, inimigo da liberdade*, o “caminho da servidão” (Hayek, 1944), por ter provocado o *declínio das atividades privadas de caridade*, ‘crime’ grave para quem defende, com Milton Friedmann, que “a caridade privada dirigida para ajudar os menos afortunados” é “o mais desejável” de todos os meios para aliviar a pobreza e é “um exemplo do uso correto da liberdade”.

Os neoliberais dos nossos dias voltam as costas à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da *igualdade civil e política* para todos, mas também pela busca da *redução das desigualdades* entre os indivíduos no plano económico e social, no âmbito de um objetivo mais amplo de libertar a sociedade e os seus membros da *necessidade* e do *risco*, objetivo que está na base dos sistemas públicos de segurança social, e regressam ao velho mito individualista de que cabe a cada indivíduo (como seu *direito* e como seu *dever*) organizar a sua vida de modo a poder assumir, por si só, o *risco da existência* (o *risco da vida*) e acautelar a sua própria sobrevivência.

É o regresso à *caridadezinha*. O estado mata impiedosamente, a golpes de espada, os direitos inerentes ao sistema público de segurança social e promove depois, levantando piamente a cruz, as instituições de caridade, porque elas são fundamentais para ajudar os *pobrezinhos...* É este o *projeto político* da direita neoliberal, que pretende destruir um estado que garante a *todos os cidadãos* o *direito* à saúde, o *direito* à educação e o *direito* à segurança social, em nome do *princípio da responsabilidade social coletiva* e do respeito devido à *dignidade* de cada pessoa, para o substituir por um qualquer tipo de *estado assistencial* ou *estado caritativo*, em que a caridade seja considerada “o mais desejável” de todos os meios para aliviar a pobreza e para preservar a liberdade e a dignidade das pessoas. Este projeto é, a meu ver, um *retrocesso civilizacional* inadmissível nos nossos dias.

O ‘argumento’ mil vezes repetido em defesa da tese da insustentabilidade financeira dos sistemas públicos de segurança social assenta na ideia de que se foi longe

demais no nível das prestações asseguradas (os direitos económicos, sociais e culturais) e, sobretudo, na ideia de que as pessoas idosas são cada vez em maior número e o dinheiro não chega para tudo.

É um ‘argumento’ que ofende a nossa sensibilidade. Porque o aumento da esperança de vida tem de ser afirmado e saudado como um ganho civilizacional e não considerado – como o fazem estes ‘inimigos da humanidade’ – como uma condenação, um fardo, uma praga, um pesadelo para a humanidade.

É um ‘argumento’ que fere a nossa inteligência. Porque esquece uma das marcas essenciais do nosso tempo: os trabalhadores criam hoje muito mais riqueza do que em qualquer outro período da história, graças ao aumento explosivo dos ganhos da produtividade (a níveis que não eram sequer pensáveis há quarenta ou cinquenta anos), decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico e da sua rápida aplicação às atividades produtivas, fatores que fizeram do *conhecimento* o principal elemento produtivo e confirmaram definitivamente o trabalho (os trabalhadores) como elemento central do processo produtivo, como fonte e origem do valor acrescentado e da riqueza criada nas sociedades humanas.

O ataque ao estado social visto como um *privilégio dos trabalhadores* que os tempos atuais não comportam (os trabalhadores não podem viver acima das suas posses...) esquece que os trabalhadores descontam uma parte do seu salário para (juntamente com os descontos das entidades patronais) alimentar o sistema de segurança social que os protege em situações de doença, de desemprego ou na velhice.

E a contribuição das entidades patronais para a segurança social é apenas uma parte dos salários que não pagam aos trabalhadores, porque, em determinadas condições históricas, se concluiu que este sistema público era mais eficiente no que se refere à garantia de trabalhadores mais saudáveis, mais motivados, mais disponíveis (mais produtivos), pelo facto de saberem que estão cobertos os riscos (ou uma parte dos riscos) inerentes à sua condição de trabalhadores assalariados, de indivíduos que vivem do rendimento do seu trabalho. Fala-se muitas vezes de *salário indireto* para caracterizar a natureza das prestações sociais que concretizam direitos fundamentais dos trabalhadores.

Fica claro que são os trabalhadores que financiam, por inteiro, o sistema público de segurança social, porque todos os recursos financeiros que alimentam o sistema são, no fundo, uma parte dos salários devidos aos trabalhadores como remuneração do seu trabalho. Ao pagar as pensões de reforma, o estado (o sistema público de segurança

social) *transfere* para os beneficiários um rendimento a que estes *têm direito*, porque fizeram, ao longo de anos, a *poupança* que o justifica.

Dito isto, vale a pena chamar a atenção para a necessidade de modificar radicalmente o sistema de financiamento da segurança social, adotando medidas que relacionem os descontos patronais para a segurança social com o valor acrescentado líquido das empresas (o volume de negócios, ou a massa dos lucros) e não apenas com o número de trabalhadores empregados. Esta a solução séria para ter em conta a realidade das atuais *economias do conhecimento*, que utilizam tecnologias pouco intensivas em mão-de-obra. Este método permitirá alargar a base de incidência das contribuições patronais para a segurança social e aumentar as respetivas receitas, aliviando ao mesmo tempo os encargos que incidem sobre as pequenas e médias empresas (as que empregam mais trabalhadores).

Os ganhos de produtividade têm servido, historicamente, para ajudar a libertar o homem trabalhador. Nesta nossa sociedade do conhecimento, da ciência e da técnica não faz sentido que os enormes ganhos da produtividade do trabalho sirvam para engordar os lucros do capital e não para melhorar a qualidade de vida das pessoas. É uma questão de inteligência. É uma questão de humanidade.

Esta é a resposta aos que invocam a “fatalidade demográfica”, traduzida no aumento dos anos de vida das pessoas, no aumento do número de idosos e no aumento do peso dos idosos relativamente à população ativa para justificar a falência inevitável do estado social. Tem de ficar claro que o aumento da esperança de vida e o aumento efetivo do número de anos de vida das pessoas traduz uma *conquista civilizacional*, não podendo admitir-se o discurso (verdadeiro *crime contra a humanidade*) dos que pretendem ‘condenar’ os idosos (porque *inativos*) como responsáveis por todos os males do mundo, justificando não se sabe que penas contra eles.

Num livro de 2013, um Colega meu da Faculdade de Economia de Coimbra demonstrou que o *produto por habitante* tem aumentado e vai continuar a aumentar, o que significa que cada habitante do nosso planeta (e, por maioria de razão, cada habitante dos países mais desenvolvidos) dispõe atualmente – e continuará a dispor, tanto quanto é possível antecipar o futuro – de muito mais riqueza para satisfazer as suas necessidades do que em qualquer outro período da história. Produzimos hoje riqueza suficiente para que possamos *todos* viver uma vida digna. O problema reside em utilizar essa riqueza corretamente, ao serviço dos homens e não ao serviço do grande capital financeiro.

A única forma de inatividade verdadeiramente perigosa para a sustentabilidade dos sistemas públicos de segurança social é a que resulta das situações de desemprego. É indispensável, por isso mesmo, pôr de lado com urgência as políticas que, em vez de combaterem o desemprego, *combatem os desempregados* e empobrecem as populações, destruindo a economia, para provocar mais desemprego, salários mais baixos e um nível insuportável de pobreza, colocando ao estado social (descapitalizado pela quebra das receitas por força da recessão e do desemprego) problemas que ele não pode resolver se a economia continuar a andar para trás.

São conhecidas as origens e a natureza do *estado social* como *solução de compromisso* imposta pelas circunstâncias. Condenada a 1ª Guerra Mundial como *guerra imperialista*, fruto das contradições e das lutas de interesses entre as grandes potências imperialistas, do seu bojo saiu a *Revolução de Outubro*, que teve um acolhimento entusiástico em vários países europeus. Poucos anos depois, a Grande Depressão quase levou à destruição do capitalismo. Muitos compreenderam que o capitalismo tinha de mudar alguma coisa para poder sobreviver. Para salvaguarda do próprio sistema, o estado capitalista mudou de máscara: com o fascismo, tinha vestido a pele de lobo mau; a correlação de forças no final da 2ª Guerra Mundial aconselhou a que o estado capitalista vestisse então a pele de cordeiro. Foi este o papel do *estado social*: substituir o chicote pela cenoura.

Quero, no entanto, deixar bem claro que, apesar da leitura que dele faço numa perspetiva histórica, entendo que a luta em defesa do estado social é hoje um elemento essencial na luta pela democracia. Porque os direitos associados ao estado social não foram concessões dos ‘deuses’ do capital, foram direitos conquistados, um a um, ao longo de décadas e décadas de lutas dos trabalhadores e das suas organizações de classe. E porque, nas condições do nosso tempo, a democracia real não pode deixar de contemplar a *democracia económica e social*.

Mas é fundamental não esquecer que o *estado social* surgiu como uma *solução de compromisso*, num tempo em que a correlação de forças não era particularmente favorável ao capital. Como todas as *soluções de compromisso*, esta só se mantém de pé enquanto se mantiverem as condições históricas que justificaram o compromisso. Ora a verdade é que, com a vitória da contra-revolução neoliberal e a consolidação da hegemonia do grande capital financeiro, a correlação de forças entre o capital e o trabalho sofreu uma profunda alteração em sentido favorável ao capital, evolução favorecida pelo

desaparecimento da URSS e da comunidade socialista europeia e mundial e pela *mundialização do mercado de trabalho*.

Os atuais *gestores do capitalismo* voltaram a acreditar que o capitalismo é eterno e que, à luz da nova correlação de forças na economia e na sociedade, não se justifica o *compromisso político e social* das décadas de 1940-1970, não se justifica a manutenção das *imperfeições* que foram introduzidas no sistema de mercado em sentido favorável aos trabalhadores. O que está na moda, especialmente depois da substituição do *Consenso Keynesiano* pelo *Consenso de Washington*, são as *imperfeições* que conduziram ao *capitalismo sem risco e sem falências*, as *imperfeições* que implantaram e consolidaram a *ditadura do grande capital financeiro*, que deu corpo ao *capitalismo do crime sistémico*.

O estado social está em perigo porque o grande capital financeiro quer destruí-lo, porque a palavra de ordem meticulosamente executada desde há três década, em obediência ao dogma neoliberal, é, claramente, a de “derrubar definitivamente o estado-providência”. A história do aprendiz de feiticeiro repete-se em muitos palcos e com atores muito diferentes. Mark Blyth recorda que, “na essência, a democracia e as redistribuições que ela possibilita são uma forma de seguro de ativos para os ricos.” No entanto, adverte o mesmo autor, a imposição das *políticas de austeridade* significa que “aqueles que têm a maioria dos ativos andam a fugir ao pagamento do seguro.” É bem provável que estejam a brincar com o fogo, esquecendo que *quem semeia ventos colhe tempestades*.

E, se esta leitura é correta, parece óbvio que a luta ideológica e as lutas sociais desenvolvidas pelos movimentos que defendem os interesses dos trabalhadores têm de assumir novas formas, atacando as liberdades do capital para valorizar a liberdade das pessoas, apostando decididamente no controlo do poder económico-financeiro pelo poder político democrático, que deve controlar a poupança nacional e o destino do investimento e deve ocupar posições de relevo nos setores estratégicos da atividade produtiva e que deve investir a sério na educação e no desenvolvimento científico e tecnológico, valorizando os trabalhadores, para que todos possam ver efetivamente garantidos os seus direitos fundamentais (educação, saúde, habitação, segurança social), num mundo de paz e cooperação. Este o caminho da libertação do homem.

Este capitalismo, ameaçado pelo *risco sistémico*, transformou-se no capitalismo do *crime sistémico*. E o *crime sistémico* é a *negação da democracia*, sacrificando violentamente os salários, os direitos sociais e a dignidade de milhões de pessoas em todo o mundo, com particular realce para as vítimas da exclusão social.



## Marcelo Braz

E em Portugal, como se deu essa crise e essas tendências que o professor comentou?

## António Avelãs Nunes

O que acabo de dizer-lhe na (longa) resposta á sua primeira pergunta é essencial para compreender o que se passou e está a passar-se em Portugal, onde temos agora o governo de direita mais radical desde que recuperámos a democracia, em 1974.

- No que se refere ao défice das contas públicas portuguesas, os dados mostram que o saldo primário (a diferença entre as receitas e as despesas do estado, sem contar os encargos da dívida), embora negativo, se manteve, entre 2000 e 2005, a níveis inferiores aos 3% do PIB inscritos na cartilha do PEC. Em 2005 atingiu os 3%, tendo-se registado, para o período 2006-2008, um valor médio correspondente a 3,1% do PIB. Em 2001, o défice orçamental cifrou-se em 4,2% do PIB, muito próximo da média da zona euro (4,1%) e mais baixa que a da França (5,2%) e a da ‘virtuosa’ Holanda (4,7%).

O défice atinge valores mais elevados se contarmos os encargos da dívida. Mesmo assim, só em 2001 o défice global foi de 4% do PIB (pouco acima dos 3%). Mas em 2002, 2003 e 2004 regressou a valores compatíveis com as normas comunitárias; subiu um pouco em 2005 (para 6% do PIB), mas recuperou em 2006 e 2007.

Nas duas últimas duas ou três décadas, houve, sem dúvida, mau uso da poupança nacional, dos fundos comunitários e dos recursos obtidos através do crédito: as opções de investimento não foram sempre as mais adequadas a uma estratégia de desenvolvimento sustentado, houve muita corrupção e muito desperdício, frequentemente associados a práticas clientelares e ao financiamento das negociatas envolvendo Parcerias Público-Privadas. Perdeu-se muito dinheiro e cometeram-se verdadeiros crimes que ficarão impunes. Mas creio não ser correto considerar que a causa verdadeira do défice das contas públicas é uma qualquer *loucura despesista*.

- No que se refere à *dívida pública* portuguesa, ela manteve-se, entre 1980 e 2008, quase sempre dentro dos limites impostos pelo PEC. Quando a crise eclodiu (2007/2008), a nossa dívida pública representava 62,5% do PIB em 2007 (65,3% em 2008), valores sensivelmente idênticos aos da Eurozona (59% em 2007 e 62,5% em 2008), equiparáveis aos de países ‘virtuosos’ como a Holanda e a Áustria, e melhores que os da UE/27 (66,3%

e 70,1%), melhores que os da França, da Itália e da Bélgica e até da ‘virtuosa’ Alemanha (65,2% em 2007; 66,7% em 2008).

Em larga medida, trata-se de dívida contraída para preencher a contrapartida nacional no financiamento de projetos aprovados pela Comissão Europeia e co-financiados por fundos comunitários. A UE não pode pôr-se fora da história da dívida (da dívida de Portugal e de outros países), nem pode vir agora dizer que se tratou de um endividamento irresponsável e de investimentos errados. Foram os investimentos escolhidos pela Comissão Europeia.

No que toca à *dívida externa privada* (contraída pelos bancos e pelas grandes empresas), uma boa parte dela foi, aliás, contraída para financiar setores de bens não transacionáveis (infra-estruturas rodoviárias, energia, saúde, telecomunicações), propiciadores de *rendas*, nos quais apostaram, solidariamente, os grupos financeiros e os grandes grupos económicos, com a cumplicidade ativa dos vários governos e das autoridades da União Europeia.

- Com a criação do euro, vários países adotaram a moeda única com paridades que sobrevalorizaram muito as moedas nacionais substituídas pelo euro (no caso de Portugal, essa sobrevalorização não terá sido inferior a 10%). Estes países (entre os quais Portugal) passaram a exportar em moeda forte, o que tornou mais caros os seus produtos nos mercados externos.

Mais importante: perderam a soberania sobre a política monetária e sobre a política cambial, ficando impedidos de se financiar através da emissão de moeda, de manejar soberanamente as taxas de juro, de regular os movimentos de capitais e de recorrer à desvalorização da moeda para ocorrer a dificuldades conjunturais das suas balanças de pagamentos. A perda da capacidade de se financiar através da emissão de moeda significa, ao menos para os estados mais fracos, uma verdadeira *privatização do estado*, colocando os estados nacionais na mesma situação de qualquer particular: quando precisam de dinheiro, vão aos “mercados” e estes é que decidem se concedem crédito ou não (e em que condições), decidindo, em último termo, o que convém ou não convém ao país, apesar de não terem nenhum mandato democrático para o exercício dessa função de gestores da *res publica*.

É isto que “os mercados” querem: famílias, empresas, estados, estão todos nas mãos do capital financeiro. E é claro que esta situação de dependência tem permitido o aumento

exponencial do *poder de mercado* e do *poder político* do capital financeiro. Tal é o resultado do consagrado dogma da *independência dos bancos centrais*.

Acresce que o desejo, por parte dos grandes países da Eurozona, de fazer do euro uma moeda forte, capaz de se afirmar como moeda de reserva em alternativa ao dólar, conduziu a uma valorização ainda maior da moeda única (cerca de 34,5% em relação ao dólar). Esta valorização poderá ter sido benéfica para os países mais fortes, que exportam (sem grande concorrência) bens de produção essenciais ao desenvolvimento da atividade produtiva de outros países e bens e serviços de tecnologia avançada e de elevado valor acrescentado. Mas afetou muito negativamente a capacidade de crescimento dos países mais débeis. Para países como Portugal, que exportam essencialmente produtos de baixa tecnologia e de fraco valor acrescentado, a valorização do euro significou, só por si, um aumento de 34,5% do preço dos produtos portugueses.

Tomando o período entre 2001 e 2009, a economia portuguesa quase não cresceu (em média, 0,6% ao ano, muito pouco, se compararmos com a taxa de 5% registada na década 1971-1980 ou com a taxa de 4% no período entre 1986 e 2000); o investimento público diminuiu 3% ao ano; a produção industrial diminuiu (-1,8% ao ano); o défice da balança de pagamentos correntes aumentou; a taxa de desemprego quase duplicou; o poder de compra da população diminuiu (cerca de 0,3% ao ano entre 2005 e 2009); a parte do rendimento do trabalho no rendimento nacional diminuiu acentuadamente. Em contrapartida, o estado não poupou esforços para dar muito dinheiro a ganhar aos grandes grupos económico-financeiros, sem qualquer risco para estes (PPP, benefícios fiscais, nomeadamente em sede de IRC, oferta de um porto de abrigo para a evasão e outras práticas ainda menos confessáveis na Zona Franca da Madeira).

Por outro lado, no período posterior à entrada de Portugal no euro, aumentou o peso das importações (de 34% do PIB em 1995 para 40% em 2007). A adoção do euro traduziu-se trouxe-nos, em suma, em uma substituição relevante da produção nacional por bens e serviços provenientes do exterior, o que aprofundou a dependência externa da economia portuguesa.

Dependendo da atuação do Banco Central Europeu (BCE), Portugal (e os países do euro em dificuldade), viram este, já com a crise na rua, fazer de contas que não via nada ou que nada tinha que ver com a crise, porque o seu ‘negócio’ é outro. Receoso de um imaginário perigo inflacionista, decidiu aumentar a taxa de juro de referência para 4,25%. Só em maio/2010, o BCE resolveu comprar, no mercado secundário, títulos de dívida soberana e de dívida privada, começando assim o processo de transferência de

alguns ativos que poderiam cheirar a *lixo tóxico* da banca privada para a esfera pública. Só em setembro/2012 o BCE veio a público dizer que tudo faria para salvar o euro quando o incêndio que deixou lavrar durante demasiado tempo chegou às barbas da Itália e da França. O BCE assumiu então a posição de prestamista de última instância no âmbito do *Eurosistema*, anunciando a sua disponibilidade para comprar títulos de dívida pública no mercado secundário, sem limites, se tal fosse necessário pôr cobro a movimentos especulativos contra o euro. O BCE avisou, no entanto, que só podem beneficiar desta sua atuação os países com acesso direto ao mercado financeiro (o que não é, de momento, o caso de Portugal) e que este ‘benefício’ fica condicionado à aceitação de *programas de austeridade* definidos pelo próprio BCE. A verdade é que esta atitude foi o bastante para que “os mercados” moderassem as suas exigências em matéria de taxas de juro (que ultrapassaram, para alguns países, 20%).

A partir de 1995 (e, em especial, depois da entrada do euro em circulação), iniciou-se um período de crescimento acentuado do défice da nossa *balança de pagamentos correntes* (de 2,7% do PIB em 1995 para -10,1% em 2007), fenómeno idêntico ao registado em outros países, como a Espanha, a Grécia, a Irlanda e a Itália. Estes défices e a sua evolução têm um reverso: a passagem da Alemanha de uma situação de défice da balança dos pagamentos correntes correspondente a 1,7% do PIB em 1995 para uma situação de saldo positivo de 7,5% do PIB em 2007. Graças ao *deutsche euro* e às políticas neo-mercantilistas a que recorreu, a Alemanha ‘exportou’ os seus défices externos para os países mais fracos que com ela partilham a mesma moeda.

E são estes *défices externos* a mola impulsadora da *dívida externa* (*dívida pública* e *dívida privada*) de vários países da zona do euro, em especial os *países do sul*. Não admira, por isso, que a dívida acumulada pelo estado português em finais de foi contraída, em grande parte, após a adesão ao euro (93% só nos anos de 2009, 2010 e 2011), atingindo, em finais de 2012, um montante correspondente a 122,5% do PIB.

- À luz do que fica dito, talvez valha a pena esclarecer dois pontos.

Em primeiro lugar, o problema em equação em 2008 e que a crise veio agudizar não se apresenta, pois, para Portugal e para outros países (como a Espanha, a Grécia e a Irlanda), como um problema de *dívida pública* (um problema de *dívida soberana*) mas como um problema de *dívida externa* (pública e privada), que representava mais de  $\frac{3}{4}$  da dívida pública. A chamada *crise da dívida soberana* não passa, aliás, de uma invenção para mascarar a *crise bancária*, o que obrigou os estados a endividar-se para salvar os

bancos e criou um problema sem solução ao nível de cada estado nacional (e sem solução também ao nível da UE, se a ‘crise’ atingir os grandes bancos da Alemanha, da França e da Espanha).

Em segundo lugar, a situação criada em Portugal não pode explicar-se, como querem os ‘virtuosos’, com a Sr<sup>a</sup> Merkel à frente, pelos *vícios* dos ‘países do sul’, cujos povos preguiçosos persistiram no ‘pecado’ de querer viver acima das suas posses. No início da crise, mais de 60% das famílias portuguesas não deviam nada aos bancos; a dívida das famílias era, em grande parte, dívida das famílias de rendimentos mais elevados; uma fatia importante desta dívida foi contraída para a compra de habitação própria, uma *escolha racional*, tendo em conta a quase inexistência do mercado de arrendamento, o nível elevado das rendas e as baixas taxas de juro. Acresce que o peso do crédito mal parado no que toca às dívidas das famílias era bastante inferior ao do crédito mal parado resultante de dívidas das empresas.

Em Portugal, como em outros países da ‘periferia’ da Eurozona, o endividamento externo é em grande parte devido ao comportamento do setor privado: em finais de 2010, a *dívida externa privada*, nomeadamente do sistema financeiro e das grandes empresas, representava, em Portugal, 85% da dívida externa total. O resto é obra dos mecanismos bem oleados da especulação financeira profissional, da crise e das políticas de salvamento do sistema financeiro, que agravaram e prolongaram a crise e as suas consequências. Por isso é que a *dívida externa* aumentou mesmo nos países em que o défice das contas públicas diminuiu e não ultrapassou o limite de 3% imposto pelo PEC (Espanha e Irlanda). O que aconteceu é que, em todos eles, o défice privado aumentou muito mais do que o défice público (mesmo na Grécia e em Portugal, onde se registou um aumento deste último défice).

Com um estado fraco do ponto de vista financeiro e amputado dos meios que poderiam permitir-lhe uma intervenção estratégica na orientação do investimento, a banca e os grandes grupos económicos (acolitados pelos governos de serviço) utilizaram a poupança dos portugueses e o crédito que pediram no estrangeiro em atividades especulativas (no setor financeiro, na construção e no imobiliário e nas negociatas das PPP) e aplicaram o resto nos setores ‘protegidos’ que lhes garantem mais lucros (verdadeiras *rendas*), com destaque para os setores de bens não-transacionáveis (imobiliário, distribuição, energia, infra-estruturas, obras públicas).

Graças a este ‘esforço’, os bancos portugueses ficaram sem liquidez para conceder crédito à economia, e perderam a capacidade de se financiar no mercado interbancário,

passando o BCE a ser o seu único financiador (aceitando como garantia títulos da dívida pública portuguesa). Foi a banca privada que, em março/2011, invocando falta de liquidez, ‘impôs’ ao Governo do PS a decisão de recorrer à ‘ajuda’ do ‘grupo financeiro’ *FMI-UE-BCE*, a chamada *troika*.

- O *Memorando* que nos foi imposto pela *troika* (FMI, Comissão Europeia e BCE) traduziu-se no empréstimo a Portugal de 78 mil milhões de euros, por um prazo de sete anos, a uma taxa de juro média de 5,1% ao ano. Pura agiotagem. Ainda por cima, nem um cêntimo se destinava a apoiar a economia portuguesa: 12 mil milhões foram para capitalizar a banca privada; 35 mil milhões foram reservados para a concessão de garantias do estado português a empréstimos contraídos pela banca privada; o restante destonou-se a garantir o pagamento dos juros e comissões aos ‘credores’. Todo o dinheiro foi parar aos bancos, portugueses e estrangeiros.

O *Memorando* impôs ao estado português a adoção de medidas (geradoras de depressão e de desemprego) com vista a baixar o défice das contas públicas para 5,9% do PIB em 2011, 4,5% em 2012 e 3% em 2013, e a reduzir a dívida externa até atingir os 60% do PIB impostos pelas *regras* europeias.

A *troika* impôs também um vasto programa de privatizações, em geral empresas lucrativas (exceto a TAP e a CP), todas grandes empresas (à escala portuguesa...) operando em setores estratégicos (produção e distribuição de energia, telecomunicações, correios, aeroportos e portos, transportes aéreos, caminhos-de-ferro, até a água!). Vendê-los a privados (ainda por cima, inevitavelmente, a estrangeiros) é o mesmo que *vender soberania*, transformando um país com quase nove séculos de História num território dependente, colonizado, subdesenvolvido.

O FMI veio depois dizer que se tinha ido longe demais na austeridade imposta a Portugal, porque se tinham enganado no cálculo de um multiplicador... A própria Comissão Europeia reconheceu, uns tempos depois, que a ‘penitência’ imposta pela *troika* aos portugueses (acusados, como outros ‘povos do sul’, de viver acima das suas posses) fez de Portugal o país da EU em que as políticas de austeridade mais sacrifícios impuseram aos pobres e menos exigiram aos ricos.

Tudo isto, como é hoje reconhecido, até por colaboradores próximos de Durão Barroso na Comissão Europeia, apenas para salvar da bancarrota os grandes bancos alemães e franceses e para garantir aos ‘credores’ a cobrança dos seus créditos, que muitas

vezes correspondem a *dívida ilegítima e odiosa*, que os estados não são obrigados a pagar, segundo o direito internacional.

- Instalada a crise (que alguns ‘europeístas’ fanáticos disseram, inicialmente, que não afetaria a ‘Europa’), o Conselho Europeu proclamou solenemente que a prioridade para esse ano seria ainda o combate ao desemprego, a proteção dos que mais estavam a sofrer com a crise e o apoio à recuperação da economia. E estimulou os governos dos países mais afetados a endividar-se para salvar os bancos e a fazer despesas para tentar conter a ameaça de recessão que acrescia à crise financeira.

Muitos países não só tiveram de se endividar como tiveram de desviar fundos do crédito e do apoio à economia, que entrou em colapso, com a conseqüente diminuição das receitas públicas, e o correlato aumento da despesa pública (subsídios de desemprego e outras transferências indispensáveis para tentar diminuir, no plano social, os efeitos da crise).

Num primeiro momento, os Governos destes países foram aplaudidos por todas as claques da ideologia dominante, apesar de aumentarem a despesa pública, com o conseqüente aumento do déficit interno e da dívida externa. É que, a pretexto do combate à crise, esses governos estavam a salvar os bancos (transformando dívida privada em dívida pública, sem lhes exigir nada em contrapartida) e, aproveitando a maré, tinham começado a congelar salários e pensões, a atacar a contratação coletiva e os direitos sociais dos trabalhadores, a privatizar importantes empresas públicas, a minar os alicerces dos sistemas públicos de educação, de saúde e de segurança social. E o Conselho Europeu aplaudiu este recurso à dívida externa. Também por esta via, a ‘Europa’, ao mais alto nível, é responsável pela situação criada.

- Acontece que, uns dois meses depois, o mesmo Conselho Europeu, com a mesma solenidade, mas agora em tom mais grave, veio anunciar exatamente o contrário: a prioridade teria que ser, sem qualquer contemplação, o combate ao déficit público e a redução da dívida externa, o que implicaria, como se verificou em toda a Europa, a adoção de políticas contracionistas (como manda o cânone neoliberal), que acentuam ainda mais a recessão da economia e aumentam o número de desempregados, impondo àqueles que mais sofrem com a crise o ónus de a pagar até ao último cêntimo.

Estas políticas ignoram uma verdade cada vez mais irrecusável: a ausência de crescimento (ou um *crescimento rastejante*, pouco acima de zero) nos últimos dez anos,

mesmo nos países mais fortes e mais ricos da UE, é a origem de todas as dificuldades que se vivem na Europa comunitária, com particular visibilidade nos países mais fracos. Sem crescimento, a crise é inevitável. E sem crescimento não se sai da crise.

As políticas decididas pelos altos comandos europeus bloquearam o crescimento e provocaram a recessão: os seus mentores acreditam que o caminho da salvação é o *caminho do calvário*, pelo sacrifício, pela penitência, pela expiação dos ‘pecados’ (por parte de quem ‘pecou’, os ‘países do sul’). Mas que é certo é que, quanto menos cresce a economia de um país, maior é o risco de incumprimento por parte desse país, o que, em princípio, provocará um aumento dos juros dos empréstimos que ele contrai. Por isso mesmo, essas políticas conduziram a uma situação em que os encargos da dívida se tornaram inoportáveis, absorvendo uma percentagem significativa da riqueza criada no país, que terá de contrair mais dívida para pagar os encargos da dívida anterior. Daqui resultará naturalmente a diminuição da poupança disponível para financiar o investimento novo, a diminuição do rendimento disponível das famílias com a consequente redução do consumo e a diminuição das receitas do estado, com a inevitável redução da despesa pública. Como era de esperar, o PIB continuou a baixar, aumentando, consequentemente, o peso da dívida e dos encargos da dívida, num círculo vicioso sem saída.

Tudo de acordo com a ortodoxia monetarista da UEM, que impõe aos países afetados por crises graves o sacrifício do crescimento económico, o aumento do desemprego, a privatização das empresas públicas (ainda por cima a preços vis), a redução do investimento público, a redução dos direitos sociais dos trabalhadores, o congelamento ou a diminuição dos salários e das pensões de reforma (apesar de se saber que os aposentados constituem, mesmo nos países *ditos ricos*, uma percentagem importante dos que vivem abaixo do limiar da pobreza, depois de uma vida inteira de trabalho). Portugal e outros países da Europa estão a ser destruídos por estas políticas.

Mais ainda do que em quaisquer dificuldades com as exportações, é nesta baixa do poder de compra dos trabalhadores europeus, com a consequente diminuição da procura interna no espaço comunitário, que radica a razão última da ausência de crescimento da UE nos últimos dez ou quinze anos. E este crescimento muito pouco acima de zero, esta *crise da economia europeia* potenciou as consequências negativas da *crise financeira* que afetou a Europa a partir de 2008.



- Os saldos negativos (o déficit primário) começaram a acentuar-se a partir de 2008, por força da crise e das políticas adotadas alegadamente para a combater.

Na sequência da crise, registou-se uma subida acentuada a *dívida externa* portuguesa, que subiu também graças à atuação dos especuladores, das agências de *rating*, dos “mercados” e da *troika* (diferentes máscaras de uma mesma realidade) e à incapacidade das instituições da UE para atuar a tempo e adequadamente, combatendo a especulação e apoiando as suas vítimas. O BCE colocou-se claramente do lado dos especuladores contra os estados-membros da UE vítimas da especulação contra o euro.

Por força da crise e das *políticas de austeridade* impostas alegadamente para a combater (quando se sabia que só poderiam agravá-la), a economia entrou em recessão, o que provocou a redução das receitas do estado (fiscais e outras), ao mesmo tempo que obrigou a aumentar as despesas públicas (nomeadamente os subsídios de desemprego). Por outro lado, a diminuição do PIB faz aumentar o peso do déficit em percentagem do PIB, ao mesmo tempo que, com a ajuda prestimosa das agências de *rating* (que acabaram por nos considerar *lixo*), os juros impostos pelos “mercados” aumentaram muito, passando a representar uma percentagem maior da despesa pública global.

O pagamento dos encargos da dívida externa começou a atingir valores insuportáveis que provoca a perda, em favor de estrangeiros, de uma parte significativa da riqueza que produzimos. E os encargos da dívida externa vão assumindo valores inoportáveis (entre 7 e 8 mil milhões de euros por ano, quase 5% do PIB). O dinheiro de que precisamos para investir perde-se em favor do estrangeiro, o que significa que o PIB continuará a baixar, aumentando, conseqüentemente, o peso da dívida e dos encargos da dívida, num círculo vicioso que não tem saída.

Os *negócios da China* associados às PPP traduziram-se numa verdadeira fraude, que obriga o povo português a pagar milhares de milhões de euros de *rendas* (autênticas *rendas feudais*) aos parceiros privados das PPP, nomeadamente no setor rodoviário e no setor da energia (mais uma vez, a banca e os grandes grupos económicos). Até a *troika* propôs a renegociação destes valores..., mas o governo de direita não fez nada por isso e a *troika* calou-se.

As operações de salvamento dos bancos (operações que se traduziram – e continuam a traduzir-se – na transformação de dívida privada em dívida pública) custaram ao povo português à roda de 15 mil milhões de euros, mais um contributo para o aumento do déficit das contas públicas e o aumento da dívida pública.

O último caso com bancos falidos é o caso do *BANIF*, um banquinho muito pouco relevante no contexto do mercado português, embora com peso nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e nas comunidades açorianas e madeirenses. O Estado português já tinha lá colocado cerca de 1 milhão de euros, o que lhe teria permitido controlar o banco. Não o quis fazer, e agora teve que entrar com mais do dobro daquela importância. Se o banco era inviável, por que não se transferiram as agências do *BANIF* para o banco público *Caixa Geral de Depósitos*? Há quem diga que foi Bruxelas que não deixou... A verdade é que o governo português acabou por vender o banco ao *Santander* por 150 milhões de euros (valor talvez inferior ao valor dos imóveis em que estão instaladas as agências do *BANIF*).

Para salvar os bancos que se afundaram na especulação e em práticas irresponsáveis (e/ou criminosas) de gestão bancária, nunca falta dinheiro. Aqui, as famosas regras da concorrência da UE não são aplicadas, porque aos bancos tudo é devido. Mas a verdade é que, ao que se diz (porque a verdade nunca é dita abertamente: ninguém quer assumir a responsabilidade de medidas injustificáveis), Bruxelas não deixou o governo português injetar dinheiro na TAP, uma empresa pública estratégica para um País como o nosso, a maior exportadora nacional. A TAP apresentava uma situação de desequilíbrio financeiro, resultante da capitalização insuficiente, que obrigou a um nível insuportável de endividamento. O problema poderia resolver-se com menos dinheiro do que o que enterrado em qualquer dos bancos salvos pelo estado português. Mas o governo da direita insistiu na privatização da TAP, se garantir os interesses estratégicos do País.

- Apesar de toda a propaganda em contrário (não só por parte da direita portuguesa, mas também por parte da Comissão Europeia e da comunicação social dominante), ninguém hoje, de boa fé, pode negar que a atuação da *troika* em Portugal foi um desastre completo. Mesmo os objetivos proclamados pela direita e pelos *troikos* ficaram longe das metas definidas: o défice orçamental baixou um pouco, mas a dívida externa aumentou enormemente, o investimento baixou para níveis impensáveis, a produção diminuiu, o *desemprego oficial* rondou os 19% (o *desemprego real* ultrapassou os 20%); fecharam-se escolas e tribunais; despediram-se milhares de trabalhadores do estado (cerca de 30 mil professores).

Em resultado das *políticas de austeridade* que nos foram impostas pela *Europa do capital*, agravou-se escandalosamente a exploração dos trabalhadores portugueses. A

redução dos salários, o aumento do horário de trabalho, a redução de feriados, a facilitação dos despedimentos, a redução dos subsídios de desemprego, o não pagamento adequado das horas extraordinárias significaram a transferência direta dos trabalhadores para o capital de muitos milhões de euros em cada ano.

Os trabalhadores pagaram ainda o preço do brutal aumento de impostos, do congelamento da contratação coletiva, do aumento do desemprego (milhares de desempregados sem qualquer apoio social), da redução dos subsídios de desemprego e do tempo em que é pago, dos cortes nas prestações sociais, dos cortes no orçamento da saúde e da educação, da emigração forçada (desde 2008/2009, calcula-se que tenham emigrado cerca de meio milhão de portugueses, muitos deles jovens habitados com curso superior, valores acima do grande surto emigratório dos anos 1960).

O país ficou mais pobre, mais envelhecido, menos habilitado: um dramático retrocesso social.

### **Marcelo Braz**

Creio que o professor já abordou todos os pontos, falta apenas um último. Qual a política de esquerda?

### **António Avelãs Nunes**

- A resposta a essa pergunta dava para fazer um livro. Um livro muito difícil de fazer, porque a realidade é muito complexa e Portugal insere-se no espaço europeu e na União Europeia, que é uma estrutura imperialista, que se transformou num instrumento poderoso do grande capital financeiro e das políticas neoliberais mais fundamentalistas. E a ‘Europa’ - parafraseando um poeta brasileiro, que foi militante do velho Partidão, Álvaro Moreyra -, “a Europa está toda errada. É preciso passá-la a limpo”.

- Ser de esquerda hoje, em Portugal e na Europa, é ter consciência de que a ‘Europa’ foi sempre construída “à porta fechada, ignorando sempre a população” (Habermas), ao longo de um processo que assentou sempre na “mentira política institucionalizada e na hipocrisia” (Jacques Génereux), que foi, desde o primeiro dia, “uma máquina para liberalizar” (Bernard Cassen) e que não goza hoje de “qualquer credibilidade democrática” (Habermas), que é hoje uma “catástrofe política e

económica”, que “viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver” (Wolfgang Streeck).

- É ter consciência de que a ‘Europa’ é uma estrutura não democrática, comandada por uns quantos *eurocratas* (entre os quais pululam ex e futuros quadros do Goldman Sachs e de outros *goldman sachs*) fanáticos do neoliberalismo e fiéis servidores do grande capital financeiro, que colocam o interesse dos bancos muito acima do interesse das pessoas e que acreditam que “numa economia mundialmente aberta não há lugar para a regulação”, que “as regras do jogo do capitalismo internacional impedem qualquer política social audaciosa” (Michel Rocard), e que “ninguém pode fazer política contra os mercados” (Joscka Fisher).

- É ter consciência de que a ‘Europa’ é uma estrutura que impõe políticas aos estados-membros (que depois suportam, sozinhos, as consequências, em regra negativas, dessas políticas), como se fosse um estado federal, embora lhe faltem órgãos com competência e com recursos financeiros para definir e para levar à prática políticas verdadeiramente federais. Apesar da situação excepcional que se vive na Europa e do sofrimento dos seus povos, ninguém dá pela existência do Parlamento Europeu, que continua a ser pouco mais do que um elemento decorativo (um *nada político*), muito longe das competências próprias de um parlamento representativo dos povos da União Europeia. A Comissão Europeia perdeu a autonomia e o poder de iniciativa, comportando-se como *a voz do dono*. O orçamento comunitário, que representa à roda de 1% do PIB europeu, está longe de ser um orçamento redistributivo. Não admira, por isso mesmo, que, nas eleições europeias de 2014, 57,42% dos eleitores tenham optado pela abstenção.

Pior do que isto. A ‘Europa’ é uma estrutura em que “os governos nacionais obedecem a interesses diferentes dos interesses dos cidadãos, impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa” (Felipe González), uma estrutura em que os parlamentos nacionais “se limitam a aprovar obedientemente as decisões tomadas noutra lugar” (Habermas). Uma estrutura caracterizada pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam” (Ulrich Beck). É claro que quem protesta é o povo. E se o povo não tem poder não pode falar-se de democracia, porque a

democracia é o *governo* (o *poder*) do povo, é o regime em que o *povo soberano* é o titular último do *poder soberano*.

- É ter consciência de que a União Económica e Monetária “não é uma união monetária, é. De longe, muito mais parecida com um império” (*Financial Times*), verdadeiramente, o *império alemão* (“agora, na Europa, fala-se alemão”, dizia, há tempos, num Congresso do Partido, o secretário-geral do partido da Sr<sup>a</sup> Merkel). Um império que “trata a zona euro como se fosse uma sua filial” (J-C Juncker), que submete os ‘súbditos’ devedores a atos de verdadeiro *terrorismo* (Y. Varoufakis: “o que estão a fazer à Grécia tem um nome: terrorismo”). Um império que impõe *regras* (as *regras do império*, no *império das regras*) que transformam em *dogmas* mais ou menos ‘constitucionalizados’ meras concepções doutrinárias em matéria de política económica, *regras alemãs* (regras “estúpidas e medievais” – Romano Prodi) das quais resultam *políticas de austeridade perpétuas*, políticas que “exigem sacrifícios humanos para apaziguar deuses invisíveis” (Paul Krugman), políticas que sujeitam os países mais fracos a “perdas de soberania e ofensas à sua dignidade nacional” (Ulrich Beck), políticas que “pecam contra a dignidade dos povos” (J-C Juncker).

No que me diz respeito, entendo que estas políticas, sejam pecado ou não, configuram um qualquer tipo legal de crime, inadmissível em democracia, porque nenhuma democracia pode acolher políticas que *atentam contra a dignidade dos povos*. Postas assim as coisas friamente, como classificar os *crimes que atentam contra a dignidade dos povos*? Não estaremos perante verdadeiros *crimes contra a humanidade*? Como hão-de qualificar-se os ‘crimes’ que *pecam contra a dignidade dos povos*?

- Ser de esquerda é ter consciência de que a ‘Europa’ é um dos palcos do *capitalismo do crime sistémico*, expressão com que venho caracterizando o capitalismo dos nossos dias, marcado pela *supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo*.

Para ilustrar o que digo poderia recordar aqui várias ‘histórias’ recentes que ilustram a ligação estreita entre o poder político e alguns dos mais importantes bancos mundiais, a estrutura em que assenta a *ditadura do grande capital financeiro*.

A mais exemplar é talvez a que se reporta à atuação de alguns dos maiores bancos mundiais, que, pelo menos desde 2005, *manipularam*, em proveito próprio, os mercados financeiros, através da falsificação da taxa *Libor*, a taxa de referência utilizada,

nomeadamente, para determinar as taxas de juro de contratos relativos a produtos financeiros que movimentam um valor correspondente a cerca de dez vezes o valor do PIB mundial.

Fornecendo informações falsas à entidade reguladora e utilizando em seu favor esta *informação privilegiada* relativa à variação da taxa de referência, este verdadeiro *cartel do crime* ganhou, fraudulentamente, muitos milhões da noite para o dia, apostando contra os ‘produtos financeiros’ que eles próprios vendiam aos seus clientes.

Em finais de julho/2012 a Comissão Europeia dignou-se vir a público falar destes assuntos. Um dos Comissários falou de “comportamento escandaloso por parte dos bancos” e uma das Vice-Presidentes da Comissão não hesitou em falar de “atividades criminosas no sector bancário”. Apesar disso, a Comissão limitou-se a anunciar o propósito da UE de adotar legislação que *proíba inequivocamente* este tipo de atuação, passando a considerá-la como *atividade criminosa* passível de *sanções penais*. Pergunta a minha ingenuidade: então as “atividades criminosas” a que se refere a Vice-Presidente da Comissão Europeia não eram já passíveis de sanções penais? Esta declaração é um escândalo, em cima do escândalo daquelas “atividades criminosas”!

Em dezembro/2013, os jornais noticiaram que a Comissão Europeia deliberou aplicar multas a alguns dos bancos culpados de manipular e falsear as taxas de referência *Libor* e *Euribor*. Um dos Comissários declarou-se “chocado com o conluio entre bancos que deviam ser concorrentes” e outros dois falaram de *banksters* a propósito desta elite do “dinheiro organizado”.

É o despudor total e a confissão de que o capitalismo atual é mesmo o *capitalismo do crime sistémico*. O grande capital financeiro assenta o seu funcionamento em práticas criminosas. E, para quem acredita nas virtudes do mercado, a manipulação dos mercados não pode deixar de ser considerada um crime grave, um *crime de lesa-mercado*, um *crime de lesa-capitalismo*! Os fiéis do *deus-mercado* hão-de considerá-lo, certamente, um *crime contra a própria divindade*... Mas o poder político, em vez de punir os criminosos que praticam tais crimes, faz acordos com eles e não os leva a tribunal, para não desestabilizar o sistema financeiro global, que vive do *crime sistémico*. E continuará a viver, com o beneplácito do *estado capitalista* (e de todas as instâncias do *poder político* ao serviço do capitalismo) uma vez que as multas pagas são uma pequena parte dos lucros resultantes das atividades criminosas.

Tem razão o insuspeitíssimo *The Economist*: os grandes bancos não são apenas *too big to fail*, são também *too big to jail*... Eles são demasiado grandes para irem para a

cadeia. As cadeias não foram feitas para gente fina; as cadeias são para os miseráveis, para os negros, para os imigrantes, para os inadaptados à ‘civilização ocidental’, não para os senhores do mundo, os ‘padrinhos’ do *crime sistêmico*, que são os ‘donos’ das cadeias. O *estado capitalista*, o seu Direito e os seus Tribunais existem para garantir isto mesmo.

Costuma atribuir-se a Roosevelt a afirmação segundo a qual permitir o domínio da política pelo capital financeiro (o “dinheiro organizado”) é mais perigoso do que confiar o governo do mundo ao “crime organizado”. Seja quem for o autor deste diagnóstico, ele traduz bem a realidade atual e encontra nela plena confirmação: a coberto da sacrossanta *liberdade de circulação do capital* e da *livre criação de produtos financeiros derivados*, o *dinheiro organizado* vem cometendo toda a espécie de *crimes contra a humanidade*, crimes que afetam a vida e a dignidade de milhões pessoas.

Este é o retrato do *capitalismo do crime sistêmico*. Esta é, sem disfarce, a *ditadura do grande capital financeiro*, uma situação intolerável, de cumplicidade entre o estado e o “dinheiro organizado” (o crime organizado).

- Ser de esquerda é levar a sério esta advertência de Joschka Fischer (antigo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros), a meio caminho entre uma preocupação e um diagnóstico: “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez.”

Mas é também, creio eu, ter sempre presente que as questões em aberto não se resolvem diabolizando a Sr<sup>a</sup> Merkel ou pondo bigodes à Hitler nos seus retratos. É certo que o regresso da *Grande Alemanha* parece ameaçar de novo os povos da Europa, secularmente martirizados e dizimados por guerras que não são as suas. E a extrema direita fascistoide está a ganhar força: na Hungria e na Finlândia já está no governo e domina a Ucrânia (neste caso, com o apoio da ‘Europa’). A extrema direita vem ganhando terreno na Holanda, na Dinamarca e na Alemanha, ganhou as eleições presidenciais na Áustria (2016) e pode ganhar as próximas eleições presidenciais na França. As chamadas democracias ocidentais nunca mais aprendem a história do aprendiz de feiticeiro. Neste tempo de acentuada luta de classes à escala planetária, é indispensável, para quem se coloca numa perspetiva marxista, definir muito bem quem é o inimigo de classe.

Todos sabemos que a 1<sup>a</sup> Guerra Mundial não ocorreu porque um nacionalista sérvio matou um arquiduque numa rua de Sarajevo. E sabemos também que o nazi-fascismo não se confunde com a personalidade psicopática e com as ideias criminosas de Adolf Hitler.

O nazi-fascismo foi o resultado da aliança entre o partido nacional-socialista, os grandes monopólios alemães (da indústria e da finança) e os grandes latifundiários, que, em determinadas condições históricas (da história do capitalismo), utilizaram o partido nazi como instrumento para prosseguir os seus próprios objetivos de destruir o movimento operário e de combater a ameaça comunista, que vinha com os ventos de leste, originários do país dos *soviets*.

Ontem como hoje, o que está em causa, verdadeiramente, é a *ditadura do grande capital financeiro*. Não é tolerável este domínio do capital financeiro sobre a política e sobre a economia. Os projetos políticos de esquerda têm de assumir como objetivo imediato a *subordinação do poder económico e financeiro ao poder político democrático*.

- Ser de esquerda é recusar o estafado *argumento TINA* (There Is No Alternative) segundo o qual *não há alternativa* ao capitalismo e ao neoliberalismo. Este ‘argumento’ é uma ofensa à nossa inteligência e à nossa liberdade. O capitalismo não é o fim da História. Como poderemos admitir que *não há alternativa ao capitalismo do crime sistémico*? Acompanho Joseph Stiglitz: “este sucedâneo de capitalismo, no qual se socializam as perdas e privatizam os lucros, está condenado ao fracasso.”

Apesar da ‘ditadura global’ que caracteriza este tempo de hegemonia unipolar e de pensamento único, é preciso aproveitar as brechas que se vão abrindo na fortaleza do capitalismo globalizado. “Os que protestam contra a globalização – escrevia *The Economist*, já em 2000 – têm razão quando dizem que a questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o facto de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos.”

Num momento de lucidez, um dos faróis do neoliberalismo veio dizer o que nós já sabíamos: os *motores da globalização neoliberal* podem ser parados ou mesmo postos a andar em marcha atrás; a *inevitabilidade* da globalização neoliberal é um mito; a tese de que *não há alternativa* é um embuste.

Incluo-me entre os que, perante as contradições desencadeadas pela própria globalização neoliberal, acreditam que a globalização, saudada pelos defensores do sistema como a solução para os seus problemas, coloca em marcha forças que acabarão



por colocar perante a sua própria incapacidade de cumprir as funções que assegurem a sua sobrevivência.

O capitalismo globalizado ganhou força. Os redutos de defesa do capitalismo são cada vez mais difíceis de conquistar. Mas ele é hoje um sistema económico e social que só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa média de lucro* e proporcionar ao grande capital financeiro as *rendas* parasitas e criminosas de que se alimenta. As suas contradições e as suas debilidades estão sujeitas aos efeitos tão bem traduzidos na velha máxima segundo a qual *maior a nau, maior a tormenta*.

A discussão sobre o *fim do estado social* – dramatizada até ao extremo, a coberto da crise, no quadro de uma *estratégia do medo* – talvez seja um sinal de que, como o aprendiz de feiticeiro, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear. Como recorda Mark Blyth, o estado social é “uma forma de seguro de activos para os ricos.” No entanto, diz ele, “aqueles que detêm a maioria dos activos andam a fugir ao pagamento do seguro.” Talvez estejam a brincar com o fogo..., digo eu.

Vivemos num tempo de grandes contradições e de grande desespero. A vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem. Mas os ganhos de produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica que tem caracterizado os últimos duzentos anos de vida da humanidade dão-nos razões para acreditar que podemos construir um mundo de cooperação e de solidariedade, um mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta. Por isso este é também um tempo de esperança. O desenvolvimento das forças produtivas (entre as quais avulta o próprio homem, como criador, depositário e utilizador do conhecimento) só carece de novas relações sociais de produção, de um novo modo de organizar a vida coletiva, para que possamos alcançar o que todos buscam: a felicidade.

Este *capitalismo do crime sistémico* é insustentável. Acompanho Eric Hobsbawm quando ele defende que chegámos a um ponto de “crise histórica”, pelo que este nosso mundo em risco de explosão (ou de implosão) tem de mudar. E, com ele, entendo que “o futuro não pode ser uma continuação do passado.”

- Creio que ser de esquerda é também compreender a urgência de *transformar o mundo*, para correspondermos ao apelo de apelo aos intelectuais. Como cidadãos, todos somos responsáveis. Mas, no que se refere ao *trabalho teórico* (que nos ajuda a compreender a realidade para melhor intervir sobre ela), como no que respeita à *luta*

*ideológica* (que nos ajuda a combater os interesses estabelecidos e as ideias feitas e é, hoje mais do que nunca, um fator essencial da luta política e das lutas sociais, da *luta de classes*), cabe aos universitários uma responsabilidade ainda maior.

Ser de esquerda obriga também a não esquecer que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor: o voluntarismo e as boas intenções nunca foram o ‘motor da história’. Essas mudanças hão-de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas. Ser de esquerda é também não esquecer que os povos organizados podem acelerar o movimento da História e podem ‘fazer’ a sua própria história. Costumo dizer, meio a brincar e muito a sério, que o capitalismo tem os séculos contados... E tem. Cabe à gente de esquerda ajudar a tornar os séculos mais curtos, dispondo-se à luta para tornar o sonho realidade.

E se *o sonho comanda a vida* (como diz o poema do poeta português António Gedeão, cantado por Manuel Freire), *a utopia ajuda a fazer o caminho* (como ensina Eduardo Galeano). *Sonhar é preciso*. Mesmo em tempos difíceis. Sobretudo em tempos difíceis, como nos diz o Chico Buarque, que, em tempos de ditadura, sonhava e cantava o seu “sonho impossível”, porque acreditava nele: “Lutar, quando é fácil ceder / (...) Negar, quando a regra é vender / (...) E o mundo vai ver uma flor / Brotar do impossível chão”.

Deixe-me terminar com esta mensagem de Brecht: “se não participares do combate, vais partilhar a derrota.”